

Relatório Anual Societário e Regulatório 2016



Arapoti, Abril de 2016

Índice

1-Relatório da Administração Societário	1
2-Balanco Patrimonial Societário	14
3-Demonstração do Resultado do Exercício	18
4- Demonstração da Mutaçao do Patrimônio Líquido.....	22
5-Fluxo de Caixa	25
6-Notas Explicativas Societárias	28
7-Parecer do Conselho Fiscal	63
8-Parecer dos Auditores Independentes.....	65
9-Relatório da Administração Regulatório	70
10-Balanco Patrimonial Regulatório.....	83
11-Demonstração do Resultado do Exercício Regulatória	87
12- Demonstração da Mutaçao do Patrimônio Líquido Regulatória	91
13-Demonstração do Fluxo de Caixa Regulatório	94
14-Notas Explicativas Regulatórias.....	97
15-Notas Conciliatórias Societária X Regulatória	134
16-Parecer do Conselho Fiscal	143
17-Parecer dos Auditores Independentes Regulatório	145

1 - Relatório da Administração Societário

Relatório da Administração Societário

Senhoras e Senhores Associados,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2016, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da CERAL-DIS - Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Arapoti para a sociedade, parceiros, associados e consumidores.

Carta do Presidente

O ano de 2009 ficará marcado como o primeiro ano de funcionamento efetivo da Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Arapoti – CERAL-DIS, que teve sua assembleia de fundação realizada no dia 08 de outubro de 2008 e assinatura do contrato de permissão em novembro de 2008.

A CERAL-DIS foi fundada devido à lei 9074/95, lei esta que regulamentou o processo de privatização das empresas de energia elétrica de nosso país. Nesta Lei, o artigo 23 estabelece que as cooperativas de eletrificação rural devam ser regulamentadas, passando a ser distribuidora de serviços públicos de eletricidade.

No ano de 2016, já nos encontramos no oitavo ano como empresa regulamentada, o que nos exige cada vez mais diversos treinamentos e participações em grupos de estudos, a fim de nos inteirarmos cada vez mais nas mudanças ocorridas por força da regulamentação do setor elétrico.

Quanto ao resultado verificado ao final do exercício de 2.016, a sua composição resultou dos efeitos da 2ª RTP, a qual anulou os efeitos da conta “Ressarcimento de Reposição na Revisão Tarifária Periódica”, denominada Bolha Financeira, sendo os efeitos de exercícios anteriores reconhecidos em um único exercício, no caso, reconhecido o saldo da conta totalmente no exercício de 2.016, no entanto, o resultado verificado foi de caráter econômico atendendo uma determinação legal da ANEEL, porém não gerando efeitos financeiros neste momento na Permissionária.

Em nosso sistema elétrico interno continuamos fazendo as manutenções normais, como limpeza de rede, troca de isoladores, manutenção preventiva de religadores. No entanto, principalmente a partir de setembro, tivemos um ano atípico devido a quantidade excessiva de chuvas, descargas atmosféricas e ventos além do normal para nossa região; isto provocou grandes avarias no sistema, como quebra de postes, cabos e isoladores rompidos, queima de transformadores e religadores, trazendo além de prejuízos financeiros muita fadiga e estresses aos colaboradores, principalmente aos que atendem as redes de distribuição.

Apesar dos desafios enfrentados em 2016 e a expectativa do reajuste tarifário que ocorrerá em Julho em 2017, continuaremos em frente, almejando sempre oferecer energia de qualidade ao nosso cooperado e sempre agradecidos a Deus pelas bênçãos recebidas.

Adolf Hendrik Van Arragon

Cenário

A CERAL-DIS - Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Arapoti atua no segmento de distribuição de energia elétrica e fornece energia na região rural dos Municípios de Arapoti, Jaguariaíva, São José da Boa Vista e Piraí do Sul, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de 07 anos de existência.

A CERAL – DIS, concluiu o processo de renovação da certificação dos índices de qualidade de energia através do sistema de certificação NBR ISO 9001, sendo Permissionária a esta permissionária a certificação no mês de dezembro de 2015 como resultado dos Ciclos de Auditoria no período de Dezembro de 2014 a Dezembro de 2015 sendo renovada a certificação até dezembro de 2017. A Permissionária está certificada desde o ano de 2011.

Em nossa política de qualidade, buscamos sempre a melhoria através da capacitação dos nossos colaboradores através de Investimentos em Treinamentos Técnicos e Segurança e Medicina no Trabalho, visando a atender de forma adequada os nossos associados e consumidores e demais partes interessadas.

Distribuição

A Permissionária distribui energia elétrica em 04 dos 399 municípios do Estado do Paraná. Não temos atendimento a consumidores livres no Estado.

Ligação de consumidores - foram realizadas, no ano, 14 novas ligações sendo 10 rurais, 02 residenciais e 02 comerciais, totalizando 956 consumidores atendidos pela Permissionária, número 1,49% superior ao de 2015.

Número de Consumidores

Consumidores	2012	2013	2014	2015	2016
Residencial	176	190	197	198	200
Comercial	58	61	58	54	56
Industrial	13	15	16	14	14
Rural	652	647	649	667	677
Poderes Públicos	9	9	5	5	5
Iluminação Pública	1	1	1	1	1
Serviço Público	3	3	3	3	3
Total	912	926	929	942	956
Varição	-2,46%	1,54%	0,32%	1,40%	1,49%

Comportamento do mercado - A distribuição de energia da Permissionária no período de janeiro a dezembro de 2016 foi de 23,45 GWh (22,57 GWh em 2015).

Os segmentos do mercado que mais contribuíram para esse resultado foram o rural e industrial. A classe rural representa uma fatia de 52,03% do segmento de mercado e apresentou crescimento na ordem de 1,67% em relação ao ano de 2015. A classe industrial representa 38,17% do segmento de mercado e apresentou crescimento na ordem de 13,29% em relação ao ano de 2015. No meio rural, o desempenho deve-se, principalmente, à constante modernização do sistema agropecuarista em nossa região bem como ao processo de industrialização ocorrido no Município.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

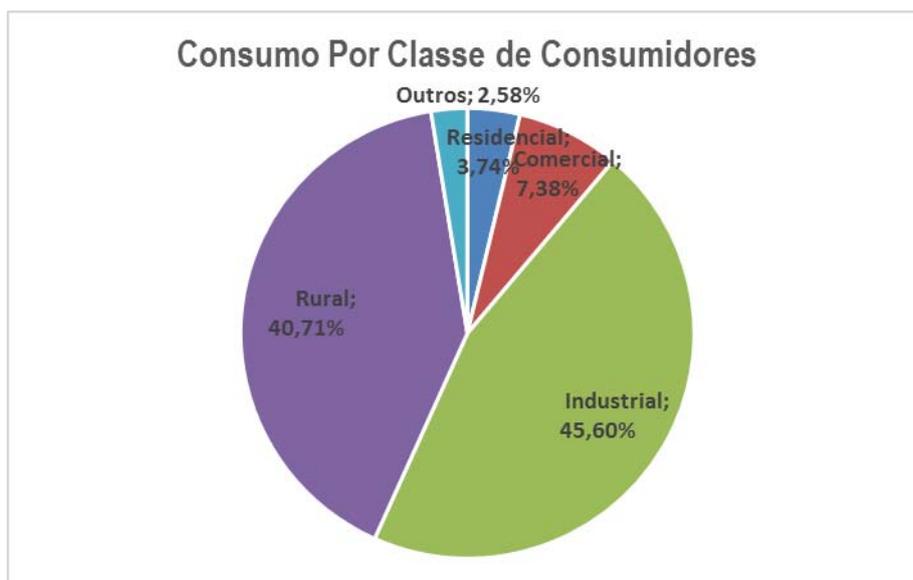
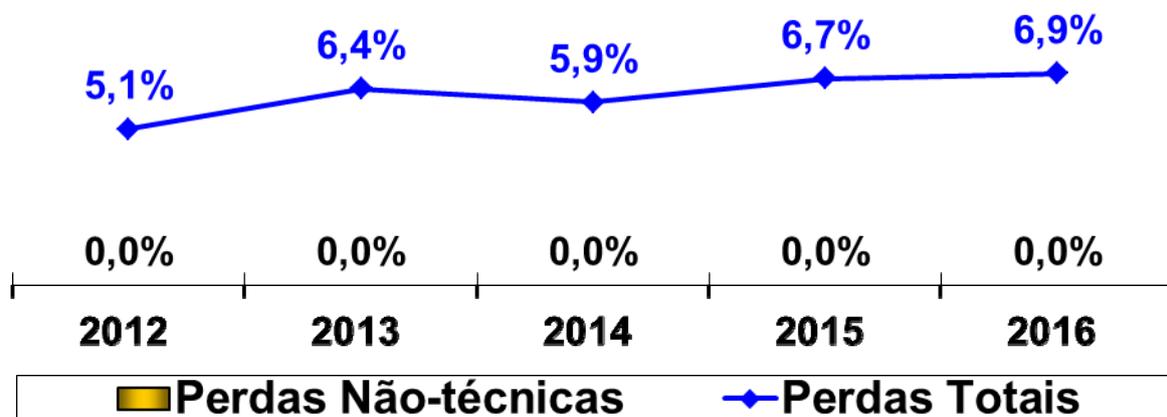
Mercado Atendido

Mercado Atendido - GWh	2012	2013	2014	2015	2016
Energia Faturada	21	21	22	23	23
Fornecimento	21	21	22	23	23
Residencial	-	1	1	1	1
Comercial	7	8	8	1	1
Industrial	1	1	1	8	9
Rural	11	12	12	12	12
Poderes Públicos	-	-	-	-	0
Iluminação Pública	0	-	-	-	0
Serviço Público	0	-	1	1	1
Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Uso da Rede de Distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Total	21	21	22	23	23
Variação	4,15%	3,54%	1,71%	3,95%	3,89%

As perdas totais de energia sobre a energia requerida (comprada) apresentou uma evolução positiva de 6,25% em 2015 para 2016.

Balço Energético

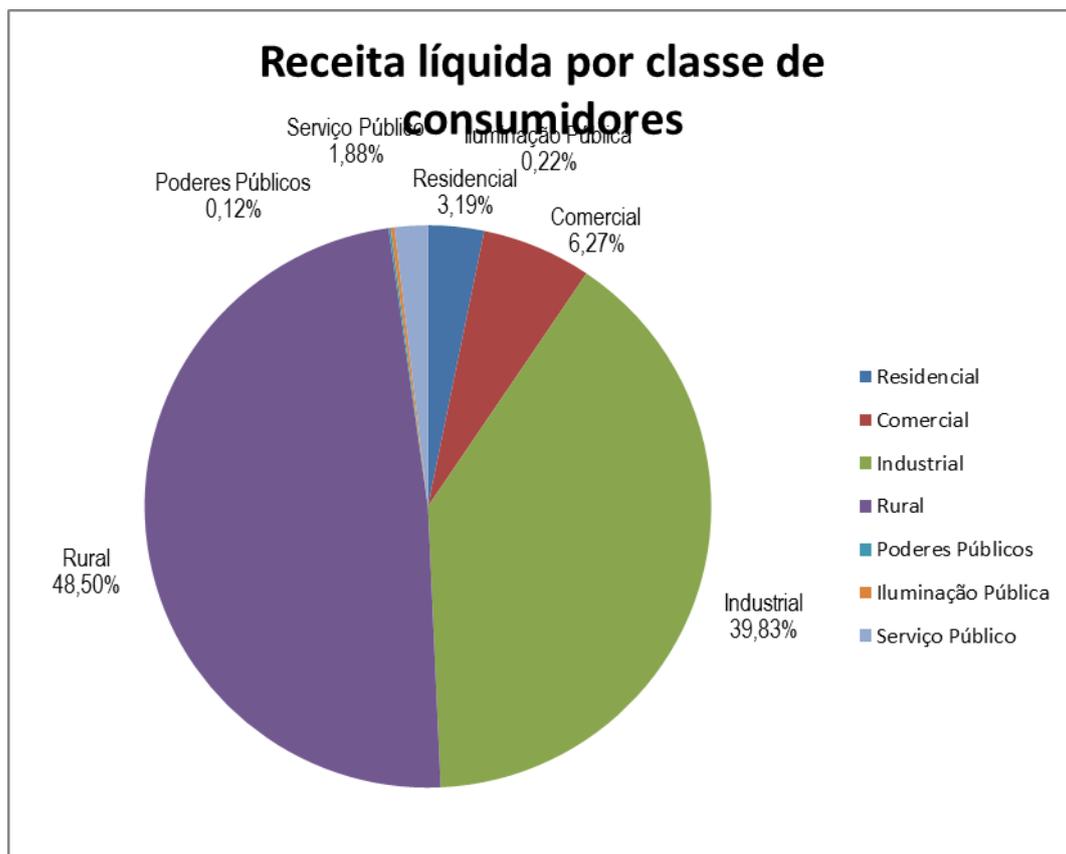
Energia Requerida - GWh	2012	2013	2014	2015	2016
Venda de Energia	21	21	22	22	23
- Fornecimento	21	21	22	22	23
- Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Mercado Atendido	21	21	22	22	23
Perdas na Rede Básica					
Perdas na Distribuição	1	1	1	2	2
Perdas Técnicas	1	1	1	2	2
Perdas não Técnicas - PNT					
PNT / Energia Requerida %	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Perdas Totais - PT	1	1	1	2	2
PT / Energia Requerida %	5,1%	6,4%	5,9%	6,7%	6,9%
Total	22	23	23	24	25



Receita - A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$ 6.156,94 mil, conforme quadro a seguir:

Classe	2016	2015	%
Residencial	196,33	157,12	24,96%
Comercial	385,76	345,73	11,58%
Industrial	2.452,32	1.959,78	25,13%
Rural	2.985,92	2.619,19	14,00%
Outros	136,61	117,08	83,16%
Poderes Públicos	7,64	5,03	51,89%
Iluminação Pública	13,34	11,47	16,30%

Serviço Público	115,63	100,58	14,96%
Total	6.156,94	5.198,90	18,43%



Número de consumidores - O número de consumidores faturados em dezembro de 2016 apresentou um crescimento de 1,49 % sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Número de Consumidores

Classe	2016	2015	Var %
Residencial	200	198	1,01%
Comercial	56	54	3,70%
Industrial	14	14	0,00%
Rural	677	667	1,50%
Outros	9	9	0,00%
Poderes Públicos	5	5	0,00%
Iluminação Pública	1	1	0,00%
Serviço Público	3	3	0,00%
Total	956	942	1,49%

Tarifas - A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2016, atingiu R\$ 286,36, com aumento de 35% com relação a dezembro de 2015 que era de R\$ 211,65. Por meio da Resolução ANEEL no de 2112/06/16.

Classe	Tarifa média de Fornecimento em R\$/MW/h
Residencial	354,11
Comercial	347,04
Industrial	261,28
Rural	244,72

Tarifa Res. Baixa Renda por faixa de Consumo	0 - 30 KWh	31 - 100 KWh	101 - 220 KWh	221 acima KWh
Tarifas Brutas	0,11856	0,20323	0,30485	0,33872

Qualidade do fornecimento - Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (Horas)	FEC (Interrupções)	Tempo de Espera (horas)
2012	21,48	17,56	1,50
2013	18,12	15,93	1,37
2014	24,83	15,31	1,81
2015	37,27	18,21	1,76
2016	36,43	18,82	2,16

Os valores de 2014 e 2015 foram alterados por estarem incorretos devido ao período não ter sido pego pela média do ano, mas sim de um mês isolado.

Atendimento ao consumidor - Foi lançado em Dezembro de 2015 o Programa de Conservação e Aquecimento, Lâmpadas LED e PL, em parceria com um Colégio Estadual, que tem o objetivo de, Reduzir o consumo de energia elétrica no Centro de Educação e disseminar informações de combate ao desperdício de energia aos professores, alunos, funcionários e demais colaboradores da instituição. O projeto abrangerá aproximadamente 450 pessoas, entre alunos e demais envolvidos.

Tecnologia da informação

O desenvolvimento das diversas áreas de negócios de uma Permissionária de energia depende substancialmente de soluções adequadas de Tecnologia da Informação, a qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a Permissionária faz, mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Os principais projetos e sistemas desenvolvidos na área de Tecnologia da Informação aconteceram no ano de 2015 os quais foram:

- Troca de computador que atende a área de faturamento da permissionária, proporcionando uma maior agilidade no atendimento aos cooperados;
- Aquisição de licença de software contábil para melhor atendimento a nova exigência da Receita Federal na nova metodologia chamada ECF – Escrituração Contábil Fiscal.

Desempenho econômico-financeiro

Em 2016, as sobras líquidas foram de R\$ 547,85 mil, contra R\$ (981,42) mil em 2015, um aumento de 179,14%. Por questões Setoriais, a Empresa realiza concomitantemente à sua Contabilidade Societária, a Contabilidade Regulatória e Fiscal.

A Contabilidade Regulatória é realizada a partir de determinações da ANEEL que não reconhece efeitos de vários procedimentos da Contabilidade Internacional, bem como inclui, para fins de gerência Setorial, a Reavaliação Regulatória Compulsória. Já com relação à Contabilidade Fiscal, a mesma contempla os efeitos de adição ou subtração de despesas e receitas não permitidas no cálculo da base dos impostos.

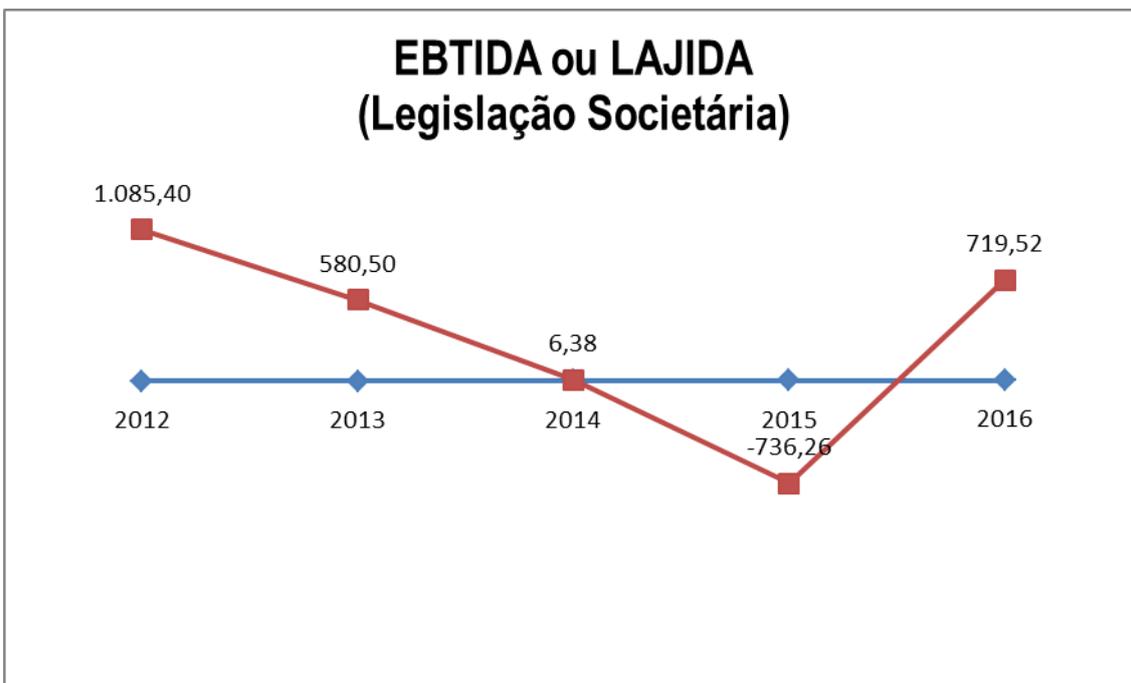
Adicionalmente, é realizado o estorno dos efeitos da Contabilidade Internacional, pois, a Receita Federal determinou que sua base de cálculo deve seguir os conceitos contábeis vigentes até dezembro de 2007 (BRGAAP e USGAAP). Para melhor visualização, segue abaixo demonstração e comparação do resultado da Contabilidade Societária, Regulatória e Fiscal:

RESULTADO SOCIETÁRIO: R\$ 547,85 mil
RESULTADO REGULATÓRIO: R\$ 159,82 mil
RESULTADO FISCAL (BASE PARA IMPOSTOS): R\$ 305,17 mil

A receita operacional líquida atingiu R\$ 7.157,04 mil, enquanto em 2015 situou-se em R\$ 4.340,35 mil.

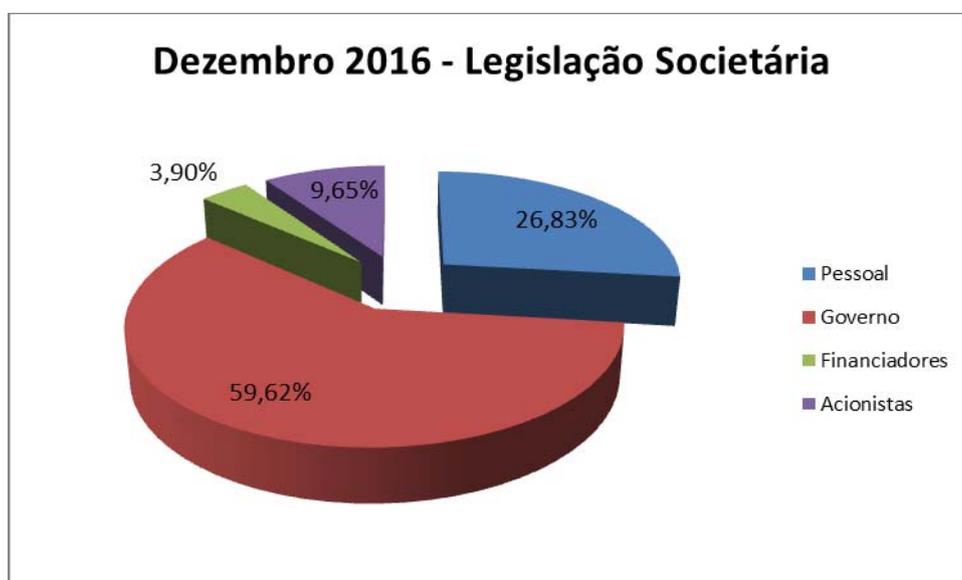
As despesas operacionais totalizaram em 2015 R\$ 6.484,68 mil, 0,35% inferior em relação à 2015, destacando-se os custos com: total das taxas regulamentares que tiveram um crescimento de 3,87% no ano. A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de 15,08% contra (33,90)% em 2015.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 719,52 mil, superior em 102,32% a 2015, que foi de R\$ (736,26) mil, conforme evolução abaixo:



Investimentos: Em 2016, os investimentos da Companhia, importaram em R\$ 917,00 mil, 198,70% superiores em relação à 2015, dos quais R\$ 917,00 mil foram realizados em Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição. Para esta mesma rubrica nos próximos 5 (cinco) anos, a Companhia estima um investimento total de R\$ 1.063,00 mil.

Valor adicionado: Em 2016, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Permissionária foi de R\$ 4.789,79 mil, representando 49,34% da Receita operacional bruta, com a seguinte distribuição:



Política de reinvestimento e distribuição de dividendos: Sendo a entidade uma Cooperativa seu objetivo é o de aplicar todas as sobras na melhoria de seus serviços aos seus Cooperados e Consumidores mediante aprovação da AGO de cada exercício.

A Permissionária com base na Lei 5764/71 e no seu Estatuto Social constituiu Reservas sobre as suas sobras líquidas no montante de: 10% para Reserva Legal e 5% para a RATES. Quanto aos resultados

com Atos Cooperados e não cooperados, que apresentaram Perdas, foram absorvidas pelas Reserva Legal conforme previsto na Nota Técnica NBC T 10.8.

Composição acionária: Em 31 de dezembro de 2016 o capital social da Permissionária era de R\$ 2.310,62 mil, composto por 2.310.621 mil de quotas, com valor nominal R\$ 1,00.

Gestão

Administração: A Permissionária tem procurado em todos os aspectos atender às exigências da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, pois entende que a intenção da ANEEL é assegurar total clareza e transparência nas relações comerciais entre os agentes que atuam nas diferentes etapas do processo de produção e venda de energia elétrica para garantir ao consumidor que as tarifas cobradas espelhem com fidelidade toda a cadeia de custos.

Planejamento empresarial: A Permissionária vem procurando adaptar-se às constantes e aceleradas mudanças no setor elétrico, assimilando e analisando as tendências de mercado bem como o contínuo gerenciamento de custos.

Os rumos da Permissionária vêm sendo administrados com certa parcimônia, isto, pelo cenário econômico que vem se descortinando no país, a qual certamente sinalizará algumas mudanças estratégicas na gestão visando a contínua qualidade na prestação de serviços aos consumidores e cooperados.

Gestão pela qualidade total: Em 2016, as atividades relacionadas com a Gestão pela Qualidade Total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, certificações de qualidade, principalmente no que tange às informações ao Órgão Regulador certificados pela ISO 9001 e 10002.

Recursos humanos: A Permissionária, a exemplo de anos anteriores, tem procurado promover constantemente a evolução e conhecimento de seus colaboradores através de cursos de aperfeiçoamento nas áreas técnicas e administrativa como também incentivá-los à continuidade dos estudos escolares. Aos colaboradores que optaram pela continuidade dos estudos seja no nível Médio como Acadêmico, a Permissionária oferece bolsa de estudo que cobre em até 50% do valor da mensalidade escolar.

Responsabilidade social: Cada vez mais, a Permissionária vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social, tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade.

Outorgada em números	2016	2015	%
Atendimento			
Número de consumidores	956	942	1,49%
Número de empregados	19	18	5,56%
Número de consumidores por empregado	50	52	-3,24%
Número de localidades atendidas	4	4	0,00%
Número de agências	0	0	0,00%
Número de postos de atendimento	0	0	0,00%
Número de postos de arrecadação	1	1	0,00%
Mercado			
Área de Permissão (Km ²)			0,00%

	885,40	885,40	
Geração própria (GWh)	0	0	0,00%
Demanda máxima (MWh/h)	5	5	0,00%
Distribuição direta (GWh)	0	0	0,00%
Consumo residencial médio (kWh/ano)	46.201,25	44.166,33	4,61%
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	262,48	234,49	11,94%
Total (exceto curto prazo)	0	0	0,00%
Residencial	354,11	305,45	15,93%
Comercial	347,04	301,85	14,97%
Industrial	261,28	248,88	4,98%
Rural	244,72	216,41	13,08%
Suprimento	0	0	0,00%
DEC (horas)	36,43	37,27	-2,25%
População atendida - Urbana Atendida (em milhares de habitantes)	1,00	0,86	16,28%
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	2,69	2,18	23,39%
FEC (número de interrupções)	18,82	18,21	3,35%
Número de reclamações por 1.000 consumidores	4,16	0,84	395,24%
Operacionais			
Número de usinas em operação	0	0	0,00%
Número de subestações	0	0	0,00%
Linhas de transmissão (Km)	0	0	0,00%
Linhas de distribuição (Km)	505,22	503,98	0,25%
Capacidade instalada (MW)	30,5	24,31	25,46%
Financeiros			
Receita operacional bruta (R\$ mil)	9.706,43	6.947,03	39,72%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	7.157,04	4.703,54	52,16%
Margem operacional do serviço líquida (%)	35,62%	47,70%	-25,32%
EBITDA OU LAJIDA	719,52	-736,26	-197,73%
Lucro líquido (R\$ mil)	547,85	-981,42	-155,82%
Lucro líquido por mil cotas	547,85	-981,42	-155,82%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	3.632,84	2.894,82	25,49%
Valor patrimonial por cota R\$	3.632,84	2.894,82	25,49%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	0,15	-0,34	-144,48%
Endividamento do patrimônio líquido (%)	0,42	0,84	-49,82%
Em moeda nacional (%)	0,42	0,84	-49,82%
Em moeda estrangeira (%)	0,00	0,00	0,00%
Indicadores de Performance			
Sálario Médio dos Funcionarios	3,73	3,39	0,00%
Energia Gerada/Comprada por Funcionário	1.344,07	1.369,33	0,00%

Energia Gerada/Comprada por Consumidor	26,71	26,17	0,00%
Retorno de ativos por unidade	0,26	-0,60	0,00%

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Permissionária. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Permissionária.

Arapoti, Paraná, 29 de Abril de 2.017

A Administração

2-Balanco Patrimonial Societario

2 Balanço Patrimonial

CERAL-DIS - Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Arapoti
 CNPJ no 10.532.365/0001-30
 Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Valores expressos em milhares de reais)

Balanço Patrimonial

	Consolidado	
	2016	2015
Ativos		
Ativo Circulante	2.087,19	2.862,80
Caixa e equivalentes de caixa	792,34	1.418,09
Consumidores	600,05	685,26
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	-	67,36
Tributos compensáveis	28,24	76,12
Depósitos judiciais e cauções	-	-
Almoxarifado operacional	82,21	123,46
Investimentos temporários	-	-
Empréstimos	-	-
Ativos financeiros setoriais	394,20	224,05
Despesas pagas antecipadamente	33,65	25,19
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos circulantes	156,50	243,27
Ativos de operações descontinuadas	-	-
Bens destinados à alienação	-	-
Ativo Não-Circulante	3.075,39	2.461,17
Consumidores	-	-
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	-	-
Tributos compensáveis	20,18	20,87
Depósitos judiciais e cauções	-	-
Investimentos temporários	-	-
Empréstimos	-	-
Tributos diferidos	-	-
Ativos financeiros setoriais	-	-
Despesas pagas antecipadamente	-	-
Bens e direitos para uso futuro	-	-

Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos não circulantes	1.179,21	673,26
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	5,56	5,22
Imobilizado	68,82	96,45
Intangível	1.801,62	1.665,37

Total do ativo	5.162,58	5.323,97
-----------------------	-----------------	-----------------

Passivo

Passivo Circulante	1.359,76	1.488,28
Fornecedores	479,22	400,67
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas	123,44	98,30
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	136,84	168,87
Provisão para litígios	-	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	-	-
Encargos setoriais	153,89	478,52
Provisão para descomissionamento	-	-
Passivos financeiros setoriais	271,31	320,47
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos circulantes	195,06	21,45
	-	-
Passivos de operações descontinuadas	-	-

Passivo Não-Circulante	169,98	940,86
Fornecedores	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	-	-
Provisão para litígios	-	-
Encargos setoriais	-	-
Provisão para descomissionamento	-	-
Tributos diferidos	-	-
Passivos financeiros setoriais	-	797,83
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos não circulantes	-	-

Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	169,98	143,03
Total do passivo	1.529,74	2.429,14
Patrimônio líquido	3.632,84	2.894,83
Capital social	2.310,62	1.988,10
Reservas de capital	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Reservas de lucros	-	-
Recursos destinados a aumento de capital	-	-
Lucros ou prejuízos acumulados	-	(174,37)
Ações em tesouraria	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais	-	-
Participação de não controladores	-	-
Reserva de sobras	1.055,29	1.977,22
Sobras à disposição da Assembleia	266,93	(896,12)
Perdas não cobertas pelos cooperados	-	-
Total do patrimônio líquido	3.632,84	2.894,83
Total do passivo e do patrimônio líquido	5.162,58	5.323,97

3 - Demonstração do Resultado do Exercício

3 Demonstração do Resultado do Exercício

CERAL-DIS - Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Arapoti
CNPJ no 10.532.365/0001-30
Demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração do Resultado do Exercício

	Consolidado	
	2016	2015
Operações em continuidade		
Receita / Ingresso	9.706,42	6.947,03
Fornecimento de energia elétrica	2.899,34	2.555,30
Suprimento de energia elétrica	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	4.335,94	3.648,33
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	510,21	79,23
Serviços cobráveis	0,57	0,43
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	1.031,15	1.021,42
Outras receitas	929,21	(357,68)
Tributos	(1.289,56)	(1.030,70)
ICMS	(1.166,18)	(922,71)
PIS-PASEP	(21,97)	(19,23)
Cofins	(101,41)	(88,76)
ISS	-	-
Encargos - Parcela "A"	(1.259,82)	(1.212,81)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(15,85)	(25,31)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(15,85)	(25,31)
Reserva Global de Reversão - RGR	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(996,75)	(642,40)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(12,58)	(11,34)
Outros encargos	(218,79)	(508,45)
Receita líquida / Ingresso líquido	7.157,04	4.703,52

Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(3.811,50)	(2.793,67)
Energia elétrica comprada para revenda	(3.811,50)	(2.793,67)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	-	-
Encargos e demais despesas setoriais	-	-
Perdas pelo valor de indenização / renovação	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de RTP diferida	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de CVA Ativa e Demais ativos regulatórios	-	-
(-) Reversão de devolução tarifária	-	-
(-) Reversão de CVA Passiva e Demais passivos regulatórios	-	-
Outros	-	-
Matéria-prima e Insumos para produção de energia elétrica	-	-
Reembolso de CCC/CDE de combustível para produção de energia elétrica	-	-

Resultado antes dos custos gerenciáveis	3.345,54	1.909,85
--	-----------------	-----------------

Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(2.856,43)	(2.960,33)
Pessoal e administradores	(1.624,13)	(1.342,89)
Material	(124,69)	(104,23)
Serviços de terceiros	(640,43)	(628,28)
Arrendamento e aluguéis	(189,07)	(170,65)
Seguros	(10,16)	(10,61)
Doações, contribuições e subvenções	(29,66)	(27,23)
Provisões	0,45	0,02
Perdas na alienação de bens e direitos	-	-
(-) Recuperação de despesas	16,78	7,61
Tributos	(4,42)	(4,47)
Depreciação e amortização	(171,67)	(157,07)
Gastos diversos	103,81	(1.276,12)
Outras Receitas Operacionais	(121,51)	784,56
Outras Despesas Operacionais	(61,73)	(30,97)

Resultado da Atividade	489,11	(1.050,48)
-------------------------------	---------------	-------------------

Equivalência patrimonial	-	-
---------------------------------	----------	----------

Resultado Financeiro	58,74	69,06
Despesas financeiras	(105,52)	(129,53)

Receitas financeiras	164,26	198,59
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	547,85	(981,42)
Despesa com impostos sobre os lucros	(79,76)	(89,08)
Resultado líquido das operações em continuidade	468,09	(1.070,50)
Operações descontinuadas	-	-
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-
Atribuível aos:		
Acionistas controladores	-	-
Acionistas não controladores	-	-
Lucro por ação	0,20	(0,54)
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	0,20	(0,54)
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
Lucro por ação originado das operações em continuidade	-	-
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-

Observação: O modelo apresentado acima demonstra os efeitos tributários de forma individual, de forma que nenhuma divulgação adicional em nota explicativa é requerida.

4- Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido

4 Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido

CERAL-DIS - Cooperativa de Distribui o de Energia Elétrica de Arapoti

CNPJ no 10.532.365/0001-30

Demonstra o das muta es do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

DMPL - Demonstr o das Muta es do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Reservas de capital	Reserva de reaval.	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Reservas de Sobras	Sobras/Perdas a disposi�o da Assembléia	Recursos destinados a aumento de capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.988,01	-	-	2.031,84	0,00	-	-	-	4.019,85
Remunera�o das imobiliza�es em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	0,10	-	-	-	-	-	-	-	0,10
Incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realiza�o de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destina�es	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proventos excedentes da contabilidade societária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	(174,37)	-	-	-	(174,37)
Destina�o proposta � A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	(896,12)	-	(896,12)
Reserva legal	-	-	-	(90,32)	-	90,32	-	-	-
FATES	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas de Lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RATES	-	-	-	(506,77)	-	452,13	-	-	(54,64)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Fundos de Investimentos	-	-	-	(1.434,75)	-	1.434,76	-	-	0,01
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.988,11	-	-	-	(174,37)	1.977,21	(896,12)	-	2.894,83
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	322,51	-	-	-	-	-	-	-	322,51
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	314,04	-	314,04
Reserva legal	-	-	-	-	174,37	395,67	864,72	-	1.434,76
FATES	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RATES	-	-	-	-	-	117,17	(15,70)	-	101,47
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	(1.434,76)	-	-	(1.434,76)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.310,62	-	-	-	0,00	1.055,29	266,94	-	3.632,85

5 - Fluxo de Caixa

5 Fluxo de Caixa

CERAL-DIS - Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Arapoti
CNPJ no 10.532.365/0001-30
Demonstrações do Fluxo de Caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração do Fluxo de Caixa

Notas	Notas	2016	2015
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(246,03)	6,60
1	Fornecimento de Energia	8.755,00	7.030,83
2	Suprimento de Energia	-	-
3	TUSD de Consumidores Livres e Geradores	-	-
4	Suprimento a Concessionárias	-	-
5	Recebimento da CCEE - Energia de Curto Prazo	-	-
6	Recebimento de RAP de Transmissão	-	-
7	Repasse do Fundo da Conta de Desenvolvimento Energético	-	-
8	Outros Recebimentos Operacionais	370,12	47,37
9	Fornecedores - Materiais e Serviços	(1.169,29)	(686,90)
10	Fornecedores - Energia Elétrica	(3.746,60)	(2.741,49)
11	Salários e Encargos Sociais	(1.060,24)	(949,19)
12	Tributos sobre a Receita - Federais	(668,22)	(574,51)
13	Tributos sobre a Receita - Estaduais e Municipais	(1.153,82)	(883,99)
14	Tributos sobre o Lucro (IRPJ / CSLL)	(40,22)	(29,72)
15	Encargos de Transmissão	-	-
16	Demais Encargos Regulatórios	(1.062,65)	(670,45)
17	Outras Despesas Operacionais	(470,11)	(535,35)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(702,24)	(189,35)
18	Aquisição de Participações Societárias	-	-
19	Aportes / Aumento de Capital em Controladas	-	-
20	Investimentos	-	-
21	Imobilizado	(794,26)	(331,48)
22	Intangível	-	-
23	Participação Financeira do Consumidor	-	-
24	Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos	-	-
25	Empréstimos / Mútuos Concedidos	-	-
26	Proventos Recebidos	92,02	142,13
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(948,27)	(182,75)

	FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	322,52	-
27	Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
28	Empréstimos e Financiamentos Pagos	-	-
29	Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Emitidos	-	-
30	Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Pagos	-	-
31	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	-	-
32	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-
33	Integralização de Capital	322,52	-
	CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(625,75)	(182,75)
	VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(625,75)	(182,75)
	DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(625,75)	(182,75)
	No início do exercício	1.418,09	1.600,84
	No fim do exercício	792,34	1.418,09
	diferença	0,00	0,00

6 - Notas Explicativas Societárias

6 Notas Explicativas

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto Operacional

A CERAL - DIS é uma cooperativa, destinada a explorar a Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e pelo Ministério de Minas e Energia. A Permissionária está autorizada a participar de consórcios ou companhias, em conjunto com empresas públicas e/ou privadas, com o objetivo de desenvolver atividades nas áreas de energia, observada a legislação aplicável.

2 Das Permissões

A CERAL – DIS detém permissão válida até o ano 2028, para a Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica nos Municípios de Arapoti, Jaguariaíva, Piraí do Sul e São José da Boa Vista, Estado do Paraná, conforme contrato de Permissão Nº 014/2008 assinado em 28/11/2008. Atualmente (base dezembro/2016), possui 244 associados, divididos em 48,01% de consumo rural, 0,75% de consumo residencial, 4,30% de consumo comercial, 46,81% de consumo industrial e 0,12% de consumo poderes públicos. Possui também 588 consumidores (não associados), divididos em 67,11% de consumo rural, 8,46% de consumo residencial, 6,38% de consumo comercial, 5,16% de consumo industrial, 1,25% de consumo iluminação pública, 11,40% de consumo serviço público (água, esgoto e saneamento) e 0,23% de consumo próprio. Os consumidores da zona rural que não estão ligados em nossa Permissionária são atendidos pela Concessionária local, a COPEL Distribuição S.A.

Atualmente não atendemos a nenhum Consumidor que detém o Status de “Consumidor Livre”.

O prazo concedido neste contrato com o Poder Concedente tem sua vigência do dia 28/11/2008 até o dia 27/11/2028.

Conforme MP 466, foi emendado o art. 23 da lei 9074/1995 o seguinte texto: “§ 3º As autorizações e permissões serão outorgadas às Cooperativas de Eletrificação Rural **pelo prazo de até 30(trinta) anos**, podendo ser prorrogado por igual período, a juízo do Poder Concedente”.

3 Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com a Legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e instruções da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, observando rigorosamente as exigências contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001, respeitando também, nossa particularidade como Empresa de Responsabilidade Ltda.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Cooperativa adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estando alinhado às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB – (*International Accounting Standard Board*) com vigência para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011, com aplicação retrospectiva a 01 de janeiro de 2010 para fins de comparabilidade.

Conforme determinação da SFF/ANEEL, com o intuito de buscar a harmonização com as normas internacionais de contabilidade, destacamos as transferências do Ativo Imobilizado Vinculado para o Grupo Intangível e Ativo Financeiro conforme ICPC 01 e OCPC 05, determinados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Como o ICPC 01 não foi aprovado pela SFF/ANEEL, seus efeitos figuram somente nas Demonstrações Societárias. Em 2011 entrou em vigor a Contabilidade Regulatória, instituída pela Resolução ANEEL 396/2010. Orientações complementares foram expedidas pela SFF/ANEEL através dos Despachos: 4.722/2009, 4.097/2010, 4.991/2011, 155/2013, 4.413/2013, 4786/2014, 245/2016 e 3.371/2016.

A adoção deste procedimento resultou na reclassificação para o Ativo Intangível de R\$ 1.801,62 mil (R\$ 1.665,37 mil em 2015) e para Ativos Financeiros de R\$ 1.179,21 mil (R\$ 673,26 mil em 2015).

Durante o exercício de 2015, a ANEEL em conjunto com vários outros Órgãos, teve sucesso na possibilidade de reconhecimento dos Ativos e Passivos Regulatórios na Contabilidade Societária, com contabilização retrospectiva. Tal fato poderia ser colocado em prática, segundo o IFRS, desde que:

- 1) Fosse assinado entre o agente de Distribuição de Energia Elétrica e o Poder Concedente, Aditivo Contratual prevendo a indenização ou devolução de tais valores ao final da Concessão, quando aplicado a Reversão de Ativos;
- 2) Que os mesmos tivessem uma denominação mais adequada à Contabilidade Societária.

Cumprido todas as condições acima, a CERAL-DIS, procedeu ao reconhecimento contábil de tais valores no seu Balanço Societário, de forma retrospectiva, diminuindo de forma muito benéfica a diferença de resultados entre a Contabilidade Societária, Regulatória e Fiscal.

Os procedimentos acima citados foram orientados oficialmente através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, com a emissão da Orientação Técnica OCPC-08.

Desta forma, para o exercício de 2016, reconhecemos os seguintes valores:

Ativos Financeiros Setoriais: 394,20 R\$/MIL

Passivos Financeiros Setoriais: 271,31 R\$/MIL

4 Principais Práticas Contábeis

. Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Estão, quando aplicável, demonstrados pelo custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis (Nota 5).

. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Engloba o fornecimento de energia faturada e não faturada até 31 de dezembro de 2016, contabilizado com base no regime de competência.

. **Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

Está reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber, de acordo com as Instruções contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE (Nota 6).

. **Estoque (inclusive do ativo imobilizado)**

Os materiais em estoque, classificados no Ativo Circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e, aqueles destinados a investimentos, estão classificados no Ativo Imobilizado em Curso pelo custo de aquisição e, também, controlados pelo custo médio.

. **Investimentos**

A CERAL-DIS não possui outros investimentos, senão em seu próprio Imobilizado, destinado ao Serviço Público de Energia Elétrica.

. **Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nos respectivos Tipos de Unidades de Cadastro - TUC, conforme determina a Resolução ANEEL nº 674/2015, às taxas anuais constantes da tabela anexa XVI - TAXAS DE DEPRECIAÇÃO. Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os juros, encargos financeiros e variações monetárias, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no Imobilizado em Curso, estão registrados neste subgrupo como custo. Destaca-se que a implementação das determinações da Resolução ANEEL nº 674/2015, em substituição às instruções da Resolução ANEEL nº 367/2009 e anterior Portaria DNAEE nº 815/94 teve a migração e adequação dos dados concluída no encerramento do mês contábil de maio/2016. Salientamos que, em virtude da harmonização com as Normas Internacionais de Contabilidade, em função de nosso Ativo Imobilizado ser vinculado à Concessão, todo o ativo diretamente ligado à Distribuição de Energia Elétrica foi reclassificado para o Grupo de Intangíveis (os que já estarão reintegrados até o final da Concessão) e para o Grupo de Ativo Financeiro da Concessão a receber (para aqueles não reintegrados até o Final do prazo da Concessão).

. **Imposto de renda diferido**

A CERAL - DIS não diferiu nenhum Imposto no exercício de 2016 ou anterior.

. **Plano de complementação de aposentadoria e pensão.**

A CERAL - DIS não possui Planos Complementares de Aposentadoria e Pensão.

. **Apuração do resultado**

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

. Outros direitos e obrigações

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

. Estrutura das demonstrações contábeis

Com referência às novas implementações na estrutura das demonstrações contábeis, em face a harmonização internacional e, em virtude do atendimento do Ofício de Encerramento nº 2.775/2008 – SFF/ANEEL, nº 4.097/2010 – SFF/ANEEL e Despacho ANEEL 4.722/2009 e 4.991/2011, aplicou-se a mudança nos quadros do Ativo e Passivo, incluindo os sub-grupos Ativo não Circulante e Passivo não Circulante, excluindo-se o grupo de Ativo Permanente, conforme determinação do Órgão Regulador.

Conforme Ofício Circular 364/2012, a ANEEL desobriga as Permissionárias/Concessionárias a publicar as Demonstrações Contábeis Regulatórias e Despacho ANEEL 575/2013 dispensa as Cooperativas Permissionárias de publicarem suas demonstrações contábeis societárias e regulatórias em qualquer tipo de jornal, devendo apenas disponibilizá-las no sítio eletrônico da Permissionária e encaminhá-las à SFF para posterior divulgação na CIEFSE .

Adicionalmente, conforme Despacho SFF/ANEEL No. 4.097/2010, 4.991/2011, 155/2013, 4.413/2013, 4.786/2014, 245/2016 e 3.371/2016 estão sendo publicadas em separado as Demonstrações Contábeis Regulatórias, compostas de: RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO, BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO, DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO REGULATORIO, DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMONIO LIQUIDO REGULATORIO, NOTAS EXPLICATIVAS REGULATÓRIAS E PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS.

Vale destacar, também, a apuração e publicação, em Nota Explicativa do presente Balanço, o "Balanço Fiscal", composto das peças: BPF - Balanço Patrimonial Fiscal, composto dos quadros do Ativo Fiscal, Passivo Fiscal, DREF - Demonstração do Resultado do Exercício Fiscal, e, DMPLF - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Fiscal, expresso na Nota No. 44, abaixo.

5 Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários

A Permissionária possui o montante de R\$ 668,39 (Reais/mil) em Equivalente de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários, devidamente contabilizados conforme demonstrado a seguir:

Instituição	Tipo de aplicação	Vencimento	Remuneração	Legislação societária	
				2016	2015
SICREDI – Cooperativa de Crédito Rural do Alto Parapanema	Renda Fixa	05/05/2018	99,50% do CDI	0,00	108,76
SICREDI – Cooperativa de Crédito Rural do Alto	Renda Fixa	21/08/2024	99,50% do CDI	0,00	229,29

Paranapanema						
Banco do Brasil	Renda Fixa	26/06/2018	86,00% do CDI	0,00		78,47
Banco do Brasil	Renda Fixa	27/09/2018	88,00% do CDI	0,00		179,58
Banco do Brasil	Renda Fixa	22/02/2019	88,00% do CDI	142,23		234,45
SICREDI – Cooperativa de Crédito Rural do Alto Paranapanema	Renda Fixa	24/07/2025	103,00% do CDI	0,00		523,76
SICREDI – Cooperativa de Crédito Rural do Alto Paranapanema	Renda Fixa	26/03/2016	103,00% do CDI	26,16		0,00
SICREDI – Cooperativa de Crédito Rural do Alto Paranapanema	Renda Fixa	30/11/2016	103,00% do CDI	500,00		0,00
Total				668,39		1.354,31

6 Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Os valores referentes a Consumidores, Concessionárias e Permissionárias dos períodos de 2016 e 2015, estão assim elencados, a seguir:

	<u>Legislação societária</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Consumidores		
Faturados	547,35	594,55
Não faturados	49,95	88,00
Sub Total	597,30	682,55
Concessionárias	0,00	0,00
Permissionárias	0,00	0,00
Comercialização no âmbito do CCEE	0,00	0,00
Sub Total	0,00	0,00
Total	597,30	682,55

Composição das Contas a Receber

Consumidor / Concessionárias / Permissionárias	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Provisão para devedores		Saldo	
					2016	2015	2016	2015
Residencial	23,67	4,04	0,06	27,77	(0,05)	(0,32)	27,72	25,14
Industrial	198,60	12,75	0,00	211,35	0,00	0,00	211,35	219,50
Comércio, Serviços e Outras Atividades	39,79	4,49	0,00	44,28	0,00	0,00	44,28	46,01
Rural	233,28	10,52		243,80	0,00	(0,17)	243,80	289,03
Poder Público	0,99	0,08	0,00	1,07	0,00	0,00	1,07	1,61
Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Estadual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Municipal	0,99	0,08	0,00	1,07	0,00	0,00	1,07	1,61
Iluminação Pública	1,57	0,00	0,00	1,57	0,00	0,00	1,57	1,79
Serviço Público	17,50	0,00	0,00	17,50	0,00	0,00	17,50	10,98
Renda não Faturada	49,95	0,00	0,00	49,95	0,00	0,00	49,95	88,00
Atualização Regime Competência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargo a Recuperar na Tarifa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal - Consumidores	565,36	31,88	0,06	597,30	(0,05)	(0,49)	597,25	682,06
Concessionárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Permissionárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comercialização no MAE:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessionárias/ permissionárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	565,36	31,88	0,06	597,30	(0,05)	(0,49)	597,25	682,06

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- 1) Análise criteriosa do Contas a Receber para casos específicos;
- 2) Casos Normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:
 - a) Residenciais vencidos há mais de 90 dias;
 - b) Comerciais vencidos há mais de 180 dias;

c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública vencidos há mais de 360 dias.

A Provisão para Devedores Duvidosos em 2016 (R\$ 0,05/reais mil) diminuiu em 880,00% em relação ao ano de 2015 (R\$ 0,49/ reais mil).

Conforme determinação Regulatória, apropriamos na Conta 1119.1.09, o valor concedido a título de descontos regulatórios, a ser reembolsado pela ELETROBRAS, via Subsídio CDE, bem como o valor de Subsídio Redução Equilibrada de Tarifas publicada pela ANEEL em função da determinação da concessão de descontos gerais aos nossos consumidores implementados pela política governamental.

Tais subsídios à receber, em dezembro/2016, importavam em: 107,15 R\$/MIL.

7 Imobilizado

Segue quadro de conciliação do Ativo Imobilizado Regulatório com o Ativo Imobilizado Societário:

	Legislação Societária	
	2016	2015
Em Serviço Societário	68,82	96,45
Em Curso Societário	0	0
Ativo Financeiro da Concessão	1.179,21	673,26
Ativo Intangível da Concessão	1.577,72	1.282,44
Ativo Intangível em Curso	223,90	382,93
Reavaliação Regulatória Compulsória	4.847,19	5.337,37
Sob Total	7.896,84	7.772,45
Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	-169,98	-143,03
Sub Total	-169,98	-143,03
Total	7.726,86	7.629,42

Ativo Imobilizado Societário	68,82	96,45
Ativo Imobilizado Regulatório	7.726,86	7.629,42

A partir de 2011, foram reclassificados valores do ativo imobilizado que estão em função do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica para os grupos de Ativo Financeiro e Ativo Intangível, atendendo o OCPC 05. onde:

“De acordo com os contratos de concessão, consideram-se bens vinculados aqueles construídos ou adquiridos pelo concessionário e efetivamente utilizados na prestação dos serviços públicos.”

• Ativo intangível

Foi reclassificado para o ativo intangível os valores referentes ao imobilizado residual, onde estes têm sua reintegração total realizada dentro da concessão do serviços publico conforme abaixo

	Custo	Depreciação e/ou Amortização Acumulada	Valor Líquido 2016	Valor Líquido 2015
Intangíveis				
Em Serviço	1.763,13	-185,41	1.577,72	1.282,44
Em Curso	223,90	0,00	223,90	382,93
Total	1.987,03	-185,41	1.801,62	1.665,37

8 Ativo e Passivo Setorial Financeiro

Em 31 de Dezembro de 2016, conforme MCSE os Ativos e Passivos Financeiros Setoriais possuíam os seguintes saldos:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2015	Adição	Amortização	Remuneração	Transferecias	Saldo em 31/12/2016
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-
Proinfra	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	224,05	422,34	(170,17)	24,82	(106,84)	394,20
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	37,45	158,72	-	4,48	(87,84)	112,81
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-
Outros	186,60	263,62	(170,17)	20,34	(19,00)	281,39
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	-	-	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	224,05	422,34	(170,17)	24,82	(106,84)	394,20

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2015	Adição	Amortização	Remuneração	Transf-erências	Saldo em 31/12/2016
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-
Demais Passivos Financeiros Setoriais	1.118,29	111,87	(444,66)	6,54	(520,73)	271,31
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	118,47	58,19	(25,36)	6,54	(130,54)	27,30
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	875,52	53,68	(77,69)	-	(851,51)	-
Outros	124,30	-	(341,61)	-	461,32	244,01
Total Passivos Financeiros Setoriais	1.118,29	111,87	(444,66)	6,54	(520,73)	271,31

9 Fornecedores

	Legislação societária	
	2016	2015
COPEL Distribuição S. A.	432,97	308,03
Proinfa	15,99	11,71
Sub Total - Fornecedores de E. Elétrica	448,96	319,74
Fornecedores de Energia Elétrica – CCEE	0,00	0,00
Sub Total	0,00	0,00
Materiais e Serviços	30,27	80,93
Sub Total - Materiais e Serviços	30,27	80,93
Total	479,23	400,67

10 Empréstimos e Financiamentos

	Legislação societária				
	Principal	Circulante Encargos	Longo prazo	Total	
			Principal	2016	2015
Moeda estrangeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Moeda Nacional					
Banco do Brasil (Cheque Especial)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SICREDI (Cheque Especial)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Obs.: A CERAL - DIS não possui saldo devedor em 2016 em nenhuma instituição financeira.

11 Taxas Regulamentares

Demonstramos abaixo as Taxas Regulamentares sob responsabilidade de nossa Empresa, referente aos exercícios 2016 e 2015.

	Legislação societária	
	2016	2015
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	0,00	0,00
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica	0,00	0,00
Quota de Reserva Global de Reversão – RGR	0,00	0,00
Quota da Conta de Consumo de Combustível – CCC	0,00	0,00
Bandeiras Tarifárias a Recolher - Vermelha	30,42	245,76
Taxa de fiscalização – ANEEL	1,13	0,97
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	61,34	98,58
Pesquisa e Desenvolvimento Energético - PEE	37,19	115,58
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	23,82	17,64
Total	153,90	478,53

12 Tributos e Contribuições Sociais - Longo Prazo

A CERAL - DIS possui em seu Ativo, crédito de ICMS no valor de 20,18 (Reais/Mil) compradas para ativo imobilizado em 48 avos.

13 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Não há imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos na CERAL - DIS no exercício de 2016 e anteriores.

14 Provisões para Contingências

Contingência	Legislação societária					
	2016			2015		
	Valor da provisão		Depósitos judiciais	Valor da provisão		Depósitos Judiciais
No exercício	Acumulada	No exercício		Acumulada		
Trabalhistas						
Plano Bresser	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Collor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Periculosidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cíveis						
Fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Consumidores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empreiteiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiscais						
Cofins	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pis/Pasep	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OBS: Não houve neste exercício nenhuma contingência a ser provisionada.

15 Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2016 representa R\$ 2.310,62 (Reais/mil), sendo composto por 2.310.621 cotas de responsabilidade limitada de R\$ 1,00 cada, com a seguinte composição:

Cotistas	Cotas	%
Adolf Hendrik Van Arragon	6.384	0,2763
Capal - Cooperativa Agro Industrial	820.148	35,4947
Haije Elgersma	22.850	0,9889
Ivo Possatto	26.285	1,1376
Jan Willen Salomons	17.836	0,7719
José Bento Azambuja Germano	84.264	3,6468
Pedro Elgersma	71.950	3,1139
Sinnus Harmannus Loman	23.884	1,0336
Demais Cooperados (n° de 236)	1.237.020	53,5362
T O T A L	2.310.621	100,00

Reserva de Capital e Reserva de Lucros

A composição das Reservas de Capital e Reserva de Lucros, estão desdobrados de acordo com a tabela a baixo:

Reservas de Sobras

	Legislação Societária	
	2016	2015
Reserva legal	485,98	90,32
Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social - FATES	569,31	452,14
Reservas Estatutárias	0,00	1.434,76
	1.055,29	1.977,22
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	-174,38
Sobras Acumuladas a disposição da AGO	266,93	-896,12
Capital social	2.310,62	1.988,11
Sub Total	2.577,55	917,61
Total das Reservas	3.632,84	2.894,83

Conforme determinações do Despacho 4.991/2011-SFF/ANEEL (Despacho de Encerramento), item 2.6, procederemos ao reconhecimento contábil da Avaliação (VNR) com a contabilização da

Reavaliação Regulatória Compulsória. Tal contabilização debitara nosso Ativo Imobilizado em Serviço em contra-partida ao Sub-Grupo Contábil Reservas de Reavaliação no Grupo Contábil Patrimônio Líquido. A CERAL-DIS não passou pelo primeiro processo de revisão tarifária periódica, portanto não tem os valores reavaliados nesse exercício por conta do PRORET.

Ajustes de Exercícios Anteriores

Durante o exercício de 2016 não houve nenhum ajuste em exercícios anteriores.

16 Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

No exercício de 2016, em virtude do resultado negativo apresentado, não houve cálculo e distribuição de juros sobre Capital Próprio.

17 Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

	N° de Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Receita Bruta						
Fornecimento - Faturado	956	942	23.456,70	22.449,56	7.303,77	6.154,77
Residencial	200	198	554,42	530,00	272,85	226,80
Industrial	14	14	8.947,63	7.895,03	3.330,17	2.618,23
Comercial	56	54	1.111,59	1.165,13	539,16	492,65
Rural	677	667	12.201,34	12.241,71	2.973,27	2.646,62
Poder público	5	5	22,51	16,57	6,68	7,16
Iluminação pública	1	1	61,05	61,04	18,78	16,77
Serviço público	3	3	558,17	540,08	162,86	146,54
Suprimento Faturado	-	-	-	-	-	-
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	-	-	-	-	4.335,94	3.648,33

OBS: O Valor expresso em R\$/mil foi formado por Consumo+Demanda+Fator de Potência+ICMS+PIS+COFINS. Salientamos que a classe Consumo Próprio foi contabilizada em grupo específico conforme determinação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

18 Compra e Venda de Energia Elétrica de Curto Prazo no Âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Nos exercícios de 2016 e 2015 a CERAL - DIS não efetuou operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

19 Energia Elétrica Comprada para Revenda:

	Quantidade MWh		Legislação societária	
	2016	2015	Reais Mil	
			2016	2015
COPEL Distribuição	25,107	24,044	3.483,73	2.540,61
PROINFA	0,430	0,605	157,59	141,62
Total	25,537	24,649	3.641,32	2.682,23

20 Despesas Operacionais

	Legislação societária		Legislação		Legislação	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
	Despesas com Vendas		Despesas Operacionais		Despesas Gerais	
Pessoal						
Remunerações	0,00	0,00	1.224,87	1.002,64	0,00	0,00
Encargos Sociais	0,00	0,00	349,76	288,46	0,00	0,00
Auxílio alimentação	0,00	0,00	0,00	1,62	0,00	0,00
Indenizações (Rescisões)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transferências para imobilização em curso	0,00	0,00	(72,82)	(63,20)	0,00	0,00
Auxílio estudante	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros benefícios	0,00	0,00	60,41	53,27	0,00	0,00
Total Pessoal	0,00	0,00	1.562,22	1.282,79	0,00	0,00
Material	0,00	0,00	124,69	104,23	0,00	0,00
Serviços de Terceiros	0,00	0,00	640,43	628,28	0,00	0,00
Arrendam. e Aluguéis	0,00	0,00	189,07	170,65	0,00	0,00
Deprec. e Amortização	0,00	0,00	171,67	157,08	0,00	0,00
Provisões	0,00	0,00	-0,45	-0,02	0,00	0,00
Provisões (PDD)	0,00	0,00	-0,45	-0,02	0,00	0,00
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras						
Energia comprada para revenda	0,00	0,00	3.811,50	2.793,67	0,00	0,00
Taxa de fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00	4,42	4,47	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	(18,87)	1.366,47	0,00	0,00
Total Outras	0,00	0,00	3.797,05	4.164,61	0,00	0,00
Total Geral	0,00	0,00	6.484,68	6.507,62	0,00	0,00

21 Despesas Financeiras

Os encargos financeiros e as variações monetárias, distribuídos por macro-atividades, estão apropriados no resultado e no imobilizado em curso, quando for o caso, de acordo com a Instrução Contábil nº 6.3.6 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE e a Instrução CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, conforme demonstrativo abaixo:

						Legislação societária	
	Geração	Transmis.	Distrib.	Comerc.	Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	2016	2015
Encargos financeiros totais	0,00	0,00	105,52	0,00	0,00	105,52	129,53
(-) Transferências para imobilizado em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Líquido apropriado no exercício	0,00	0,00	105,52	0,00	0,00	105,52	129,53
Efeitos inflacionários e cambiais totais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transferências para imobilizado em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Líquido apropriado no exercício	0,00	0,00	105,52	0,00	0,00	105,52	129,53

22 Reconciliação das Taxas Efetivas e Nominais da Provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo da provisão do Imposto de Renda e Contribuição Social neste exercício são demonstradas a seguir:

	Legislação societária	
	2016	2015
Lucro(Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	547,85	(981,42)
Ajustes Lalur	-242,68	1.314,00
Base de Calculo Fiscal	305,17	332,58
Imposto de renda e contribuição social calculados (15% e 9%)	-79,76	-89,08
Efeitos Fiscais Sobre:		
Participação nos resultados	0,00	0,00
Juros sobre o capital próprio	0,00	0,00
Incentivos fiscais	0,00	0,00
Encargos capitalizados	0,00	0,00
Compensação da CSLL com a COFINS	0,00	0,00
Efeitos IFRS	0,00	0,00
Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado	-79,76	-89,08

23 Participação nos Resultados

Não foi implantado o programa de participação dos empregados nos lucros da Empresa até o exercício de 2016.

24 Plano Previdenciário e Outros Benefícios aos Empregados

Neste exercício, foram concedidos benefícios aos funcionários da CERAL - DIS como: Faculdade, Seguro de Vida, Planos Médicos e Odontológicos (Convênio com a UNIMED), totalizando R\$ 55,30 (Reais/mil). Plano Previdenciário não foi implantado até o exercício de 2016.

25 Transações com Partes Relacionadas

A Permissionária efetuou transação com parte relacionada conforme quadro abaixo:

	Legislação societária			
			2016	2015
<u>Parte Relacionada</u>	<u>Natureza da Operação</u>	<u>Nota</u>	<u>R\$/mil</u>	<u>R\$/mil</u>
SICREDI - Coop. De Créd. Rural do Alto Paranapanema com integralização de capital em 01 março 2010 para movimentação de conta corrente.	CONTA CORRENTE	Não controlador	5,56	5,22

A título de remuneração da diretoria "chave – administrativa" do pessoal da administração, foram pagos durante o exercício:

	legislação societária	
	2016	2015
Remuneração	53,14	52,07
Encargos	8,76	8,04
Total	61,90	60,11

26 Instrumentos Financeiros

Não houve a utilização de Instrumentos Financeiros no exercício contábil de 2016 e 2015, exceção feita a aplicações a curto prazo em 2016, devidamente demonstradas e conciliadas com o extrato bancário que expressa o mesmo valor contábil.

27 Programa de Recuperação Fiscal - REFIS

A CERAL - DIS não participou de Programa de Recuperação Fiscal REFIS, no exercício de 2016 e 2015.

28 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

<u>Riscos</u>	<u>Data da vigência</u>	<u>Importância Vlr segurado</u>	<u>Prêmio</u>
Veículos	26/02/2016 a 26/02/2017	152,99	10,05

Equipamentos nomeados – Na apólice contratada da HDI Seguros, foram segurados os veículos abaixo relacionados:

- 01 Caminhão Mercedes Benz L 1313 c/ Munck ano 1985 e modelo 1985;
- 01 Fiat Strada Working 1.4 MPI Fire Flex 8V CS ano 2015 modelo 2016.
- 01 Chevrolet S-10 Pick-up CD Advantage 2.4 MPFI Flex 8V ano 2009 e modelo 2010
- 01 Fiat Strada Working 1.4 MPI Fire Flex 8V CS ano 2013 e modelo 2013.

Todos segurados contra danos materiais, danos Corporais, APP por morte e invalidez permanente.

29 Eventos Subsequentes

29.1 Revisão Tarifária pelos critérios do Módulo Pró-RET 8.4 – 2016.

Durante os estudos para a formação da metodologia e regra para a Segunda Revisão Tarifária das Permissionárias do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, a ANEEL tomou a decisão de verificar toda a demanda de solicitações de mudanças do Setor Cooperativista, e, com essa verificação encerrar o prazo para que as 14 Cooperativas de Eletrificação do País que ainda não haviam assinado com o Poder Concedente assinassem.

Tal metodologia resultou em muitas Audiências Públicas do Órgão Regulador, bem como diversas consultas e solicitações do ramo Cooperativista, que resultaram na publicação do Módulo 8.4 do PRORET.

Nesta publicação, a Agência Reguladora determinou que um dos caminhos abaixo elencados fossem adotados pela Empresa, sendo:

- 1) Para aquelas que não assinaram o contrato junto ao Poder Concedente em 2008, foi determinado somente a escolha entre, assinatura imediata de Contrato de Permissão do Serviço Público de Energia Elétrica com a Parcela Tarifária denominada "Parcela B" regulada pelo módulo 8.4 do PRORET, ou, o encerramento de suas atividades no Setor Elétrico; e,

- 2) Para aquelas que assinaram o Contrato junto ao Poder Concedente em 2008, foi dada a escolha de continuar com sua Parcela Tarifária denominada Parcela B regulada pelo módulo 8.1 do PRORET, ou, assinar Aditivo Contratual ao Contrato de Permissão do Serviço Público de Energia Elétrica e passar a Revisão Tarifária de sua Parcela Tarifária denominada Parcela B regulada pelo Módulo 8.4 do PRORET.

Nossa Empresa, de posse da Regulação e, ao estudar as duas modalidades de Revisão Tarifária, optou por migrar sua Revisão Tarifária Periódica, mormente à Parcela B, para a nova regulamentação pelo módulo PRORET 8.4.

Tal decisão ocorreu por nossa Diretoria, em virtude das regras deste módulo trazerem ao Conselho de Administração da Permissionária a gerência sobre os chamados Custos Gerenciáveis. Tal autonomia, devidamente fiscalizada pelo Conselho Fiscal da CERGAL, poderá adaptar a tarifa de cada ano à realidade da CERGAL, de Santa Catarina e a do Brasil.

Vale salientar que, nesta modalidade tarifária, existe um teto regulatório, que foi resultante da Primeira Revisão Tarifária realizada pela regulamentação PRORET 8.1, devidamente atualizada, e, com possibilidade de autonomia na ordem de 20%.

Ainda nesta linha, ao aderir à nova regulamentação, deixou de existir a chamada "Bolha Financeira", que nos permitiu estornar os efeitos remanescentes de 2012, e, assim, auxiliar nossa Permissionária a reestabelecer o seu equilíbrio econômico-financeiro.

Realizado todo o processo pela SGT/ANEEL (Superintendência de Regulação Tarifária), após a solicitação do Pleito com a abertura exigida no Módulo PRORET 8.4, nosso processo resultou em:

Reajuste da Parcela A com vistas à Neutralidade: 4,92% de reajuste

Revisão da Parcela B pelas normas do PRORET 8.4: 9,58% de revisão

Itens Financeiros: (5,57)% negativo. Este efeito negativo foi influenciado, principalmente, pelas Bandeiras Tarifárias Credoras, cuja cobrança ao consumidor foi obrigatória, mas o valor não foi requerido pela ANEEL para pagamento da Energia das Usinas Térmicas, devolvidas por ocasião desta Revisão através de desconto.

O percentual total de nossa Revisão foi de: 9,61% com efeito médio ao nosso consumidor de: 10,53%.

29.2) Índices de Continuidade e Frequência (DEC/FEC)

Um dos pilares da Regulação do Setor Elétrico Brasileiro é o controle dos índices de interrupção, ou seja, energia com qualidade e frequência.

No ano de 2016, infelizmente ultrapassamos o limite regulatório, o que ensejou em pagamento de penalidade aos nossos consumidores. Os fatores que nos levaram a esse fato foram, principalmente: 1) Fatores externos (interrupção de suprimento, na ordem de 20%), e, 2) Grande quantidade de tempestades com vendavais, que chegaram a derrubar linhas inteiras, que levou nossa Empresa a contratar emergencialmente diversas empreiteiras para que nosso Consumidor tivesse sua energia reestabelecida de forma rápida. Nosso objetivo, continua sendo apresentar índices melhores do que a meta regulatória, e, por esse objetivo envidamos nossos mais profundos esforços. Segue abaixo, os índices e metas de nossa Empresa, lembrando que nossos índices, conforme determinação Regulatória, são verificados através do Sistema de Qualidade ISO9000, cuja certificação vigora até o ano de 2017, quando buscaremos a re-certificação.

Ano de 2016:

Limites Regulatórios: DEC: 31 FEC 15

Realizado: DEC 36,43 e FEC 18,82

Para o ano de 2017, nossos limites Regulatórios são:

DEC 30 FEC 14

Envidamos todos nossos esforços para não ultrapassarmos estes índices, e, com isso, melhor atender nosso Consumidor, garantindo-lhes Energia de qualidade.

30 Balanço Social

Recursos Humanos

Em 2016, a Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica – CERAL – DIS, desenvolveu seu papel social, proporcionando aos seus colaboradores: palestras, cursos e seminários, sempre considerando a especificidade de cada função exercida. Colaborou financeiramente nos cursos de reciclagem conforme Norma Regulamentadora nº. 10 (Portaria nº. 598/2004). Mantém convênios com Planos de Saúde e Odontológicos através da Fundação CAPAL e, distribuição de cestas natalinas para cada colaborador.

Responsabilidade Social

A CERAL – DIS participa de ações na comunidade, proporcionando desconto na fatura de energia para o Lar do Idoso, bem como a Escola Colônia Holandesa, beneficiando aproximadamente 300 pessoas entre alunos e idosos.

Educação

A CERAL – DIS implantou programa de incentivo a educação a qual participará no reembolso de 50 % das despesas com mensalidades de seus funcionários para cursos profissionalizantes, cursos de ensino superior e cursos de pós-graduação e 25 % nos cursos de graduação que não tenham relação direta com o ramo de atuação da Cooperativa.

CERAL-DIS - Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Arapoti

CNPJ no 10.532.365/0001-30

Demonstração do Balanço Social - 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DE ARAPOTI - CERAL - DIS

	2016			2015		
	R\$ mil			R\$ mil		
1 - Base de cálculo						
Receita Líquida (RL)			7.157,04			4.703,54
Lucro Operacional (LO)			489,10			(1.050,49)
Folha de Pagamento Bruta (FPB)			1.624,13			1.342,90
			% sobre			% sobre
2 - Indicadores sociais internos	R\$ mil	FPB	RL	R\$ mil	FPB	RL
Alimentação - Auxílio alimentação e outros	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Encargos sociais compulsórios	358,52	22,07%	5,01%	296,5	22,08%	6,30%
Entidade de previdência privada	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde - Convênio assistencial e outros benefícios	40,03	2,46%	0,56%	36,39	2,71%	0,77%
Segurança no trabalho - CIPA e exames periódicos	6,38	0,39%	0,09%	5,42	0,40%	0,12%
Educação - Auxílio educação	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	2,09	0,13%	0,03%	1,28	0,10%	0,03%
Auxílio creche	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Participação nos resultados	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Vale-transporte - excedente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Outros Benefícios	11,92	0,73%	0,17%	8,28	0,62%	0,18%
Total	418,94	25,79%	5,85%	347,87	25,90%	7,40%
			% sobre			% sobre
3 - Indicadores sociais externos	R\$ mil	LO	RL	R\$ mil	LO	RL
Educação - Programa Luz das Letras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Cultura	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde e Saneamento - Apoio social aos municípios	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Habitação - Reassentamento de	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%

famílias						
Esporte e lazer	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Doações e contribuições	29,66	6,06%	0,41%	27,23	-2,59%	0,58%
Total de contribuições para a sociedade	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Tributos - excluídos encargos sociais	1.293,98	264,56%	18,08%	1.035,17	-98,54%	22,01%
Total	1.293,98	264,56%	18,08%	1.035,17	-98,54%	22,01%

	% sobre			% sobre		
4 - Indicadores ambientais	R\$ mil	LO	RL	R\$ mil	LO	RL
Desapropriações de terras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Estação ecológica - Fauna / Flora	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Relacionamento com a operação da empresa						
Programa Social de Eletricidade Rural	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Rede Compacta ou Linha Verde	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programa de Eletrificação para População Carente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial		0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Museu Ecológico	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Universidade Livre do Meio Ambiente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programas especiais / Projetos externos	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Total	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%

	2016	2015
5 - Indicadores do corpo funcional	em unidades	em unidades
Empregados no final do período	19	18
Escolaridade dos empregados		
Superior e extensão universitária	7	6
Ensino médio	5	5
Ensino fundamental	7	7
Faixa etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	1	1

De 30 até 45 anos (exclusive)	7	7
Acima de 45 anos	11	10
Admissões durante o período	0	0
Mulheres que trabalham na empresa	3	3
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de mulheres	33,33%	33,33%
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de gerentes	33,33%	33,33%
Negros que trabalham na empresa	4	4
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de negros	0	0
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de gerentes	0	0
Portadores de deficiência física	0	0
Dependentes	33	30
Estagiários	0	0
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	9,38	9,38
Maior remuneração	8,86	8,77
Menor remuneração	1,02	1,01
Acidentes de trabalho	0	0
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.		

31 Análise Econômico-Financeira

31.1 Informações Gerais

O desempenho Econômico-Financeiro da CERAL - DIS, refere-se ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016, sendo que, ao término do exercício de 2016, auferimos os seguintes resultados:

Receita Anual – A Receita Operacional de Distribuição Anual no exercício atingiu um montante de R\$ 7.157,04 (Reais/mil), superior ao ano anterior em 52,16% que foi de R\$ 4.703,54 (Reais/mil).

Número de Consumidores – O Número de Consumidores faturados em dezembro de 2016, foi de 956, já em 2015 foi de 943 ocasionando um aumento de 1,38% em relação ao ano anterior.

Despesas com Pessoal – As Despesas com Pessoal anual decorrente do exercício de 2016, montaram em R\$ 1.562,23 (Reais/mil) e no exercício anterior montaram R\$ 1.282,79 (Reais/mil), ocasionado um aumento de 21,78 % em relação ao ano anterior.

Custos Gerenciáveis da Parcela B – Os Custos Gerenciáveis da Parcela B, excluindo as despesas com pessoal, no exercício de 2016, foram de R\$ 939,28 (Reais/mil), inferior em 142,10% ao ano anterior que foi de R\$ 2.274,09 (Reais/mil).

Receita (Despesa) Financeira – O Resultado Financeiro no exercício de 2016 importou em R\$ 58,74 (Reais/mil), enquanto que, no exercício de 2015, o Resultado Financeiro foi de R\$ 69,07 (Reais/mil).

31.2 Análise Econômico-Financeira

Coefficientes	Fórmula	Unidade	2016	2015
1. Liquidez				
Corrente ou Comum	AC / PC	R\$	1,53	1,92
Seca	(AC - E) / PC	R\$	1,47	1,84
Absoluta	AD / PC	R\$	0,58	0,04
Geral	(AC + RLP) / (PC + ELP)	R\$	3,37	2,19
2. Lucratividade				
Bruta s/ Vendas	(LB / VB) x 100	%	6,32	(15,11)
Operacional s/ Vendas	(LO / VB) x 100	%	5,64	(16,17)
Líquida s/ Vendas	(LL / VB) x 100	%	5,40	(15,11)
Líquida s/ Capital	(LL / CS) x 100	%	20,26	(49,36)
Líquida s/ Patrimônio Líquido	(LL / PL) x 100	%	12,88	(33,90)
3. Rentabilidade				
Retorno Líquido s/ Investimentos	(LL / AT) x 100	%	9,07	(18,43)
4. Endividamento				
Recursos de Terceiros no Investimento	[(PC + ELP - ADC) / AT] x 100	%	29,63	45,63
Recursos Próprios no Investimento	[(PL + REF - ADC) / AT] x 100	%	70,37	54,37
5. Investimentos				
Capital Fixo Aplicado	(AP / AT) x 100	%	36,23	33,09
Capital de Risco Aplicado	[(AC + RLP) / AT] x 100	%	100,00	100,00
6. Garantias				
Reais s/ Capital	(IM / CS) x 100	%	2,98	4,85
Totais s/ Capital	(AP / CS) x 100	%	80,95	88,62
7. Capital de Giro Próprio				
Capital de Giro	(AC - PC) / 1.000	R\$	0,73	1,37

* Dados Básicos e Siglas para Análise Acima

AC = Ativo Circulante	PC = Passivo Circulante	LB = Lucro bruto
AD = Ativo Disponível	ELP = Exigível a Longo Prazo	LO = Lucro Operacional
E = Estoque	REF = Result. Exerc. Futuros	LL = Lucro Líquido
RLP = Realizável a Longo Prozo	PL = Patrimônio Líquido	DEP = Desp. Equiv. Patrimonial
AP = Ativo Permanente	CS = Capital Integralizado	REP = Receita Equiv. Patrimonial
AT = Ativo Total	ADC = Adto. p/Aumento de Capital	DD = Despesas Depreciação
IM = Terrenos, Edificações e Obras	VB = Vendas Brutas	CMB = Correção Monet. Balanço

OBS: Os cálculos dos coeficientes acima estão elaborados de acordo com formulas padrão de finanças e análise financeira.

32 Créditos Fiscais

Período Aquisição	Histórico	Legislação Societária		
		Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Exercício de 2016	ICMS s/ Aquisição Ativo Imobilizado	15,59	20,18	35,77
Exercício de 2016	IRRF Sob Aplic Financeira	6,21	0,00	6,21
Exercício de 2016	IRPJ de períodos anteriores	6,44	0,00	6,44
Total Geral				48,42

A CERAL - DIS possui Créditos Fiscais conforme demonstrados no quadro acima e faz compensações mensalmente e anualmente, conforme determinação da Legislação Fiscal.

33 Informações de Natureza Social e Ambiental

A CERAL - DIS, periodicamente efetua o serviço de "Poda de Árvores" e a limpeza da faixa nas redes aéreas de distribuição.

O serviço é executado dentro das características técnicas exigidas, sempre buscando reduzir ao máximo os impactos ambientais.

Informamos também, não possuir nenhum Passivo Ambiental em curso.

34 Energia Livre

A CERAL - DIS, está dispensada de operações obrigatórias no Mercado Livre de Energia Elétrica, em virtude de seu total de Energia Comercializada estar abaixo do mínimo estipulado na legislação de Energia Livre e, por esse motivo, continua honrando o Contrato de Suprimento que firmou com a COPEL Distribuição S.A., conforme instruções do Órgão Regulador.

35 ICMS sob Subvenção Baixa Renda

A CERAL - DIS não possui tributação e nem recolhimento do ICMS sobre a citada subvenção.

36 Diferimento de Tarifa (Reajustes Tarifários)

Esta Permissionária teve seu quarto reajuste tarifário no mês de junho de 2015, em 2016 teve sua 2ª RTP (Revisão Tarifária Periódica), não existindo diferimento de tarifa.

37 Revisão Tarifária Periódica

Em 31/08/2016 nossa Empresa encerrou o seu segundo ciclo de Revisão Tarifária Periódica. Tal resultado foi homologado através da Resolução Homologatória ANEEL nº 2.112, de 26/07/2016. O índice de reposicionamento foi: 14,50% referente à Parcela A + Parcela B e de 9,61% quando totalizado com os "componentes financeiros". Os itens financeiros, que causaram um grande

impacto financeiro nesta Revisão, foram compostos principalmente pelo encontro de contas das Bandeiras Tarifárias Credoras, faturadas por ordem da Legislação e, agora, devolvida aos consumidores a parte não requerida pelas usinas, através de descontos tarifários.

38 Ganhos Contingentes

A CERAL – DIS não possuiu, neste exercício Ganhos Contingentes e nem em exercício anterior.

39 Investimento Remunerável

O Investimento Remunerável, também denominado de Base de Remuneração, constituído pelo Ativo Imobilizado em Serviço – AIS e Almoxarifado de Operação, deduzido do saldo das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigações Especiais), sobre o qual foi calculada a remuneração, bem como o AIS que gerou a cota de depreciação, que fazem parte da Parcela “B” da Receita Requerida – RR da Concessionária, homologada pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2.112, de 29/07/2016, se atualizados pelo IGPM, Líquido do Fator “X”, nos Reajustes Tarifários Anuais, já ocorridos, estariam assim formados:

Descrição	INDICES	XX%	XX%	XX%
	Revisão 2016	IRT 2017	IRT 2018	IRT 2019
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	13.789,30	-	-	-
(2) Obrigações Especiais Brutas		-	-	-
(3) Bens Totalmente Depreciados	377,82	-	-	-
(4) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)	13.411,48	-	-	-
(5) Depreciação Acumulada	5.312,87	-	-	-
(6) Valor da Base de Remuneração (VBR)	8.476,43	-	-	-
(7) Obrigações Especiais Líquidas	-	-	-	-
(8) Terrenos e Servidões	0,00	-	-	-
(9) Almoxarifado em Operação	41,37	-	-	-
(10) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(5)-(7)+(8)+(9)	8.517,80	-	-	-
(11) Taxa de Depreciação	4%	-	-	-
(12) Quota de Reintegração Regulatória	536,46	-	-	-
(13) Remuneração de Capital (RC) = BRR líq x WACC	321,12	-	-	-

40 Reajuste Tarifário

Nos meses de janeiro à agosto/2016, nossa tarifa foi norteada pela Resolução Homologatória ANEEL 1912/2015. No dia 26/06/2016 foi publicada nossa Tarifa para o ciclo 2016/2017, com vigência a partir de 30/07/2016, através da Resolução Homologatória ANEEL No. 2112/2016.

A presente revisão efetuou a nova composição de nossa PARCELA B.

Já com relação à Parcela A, absorveu o aumento de nossa Energia Comprada, bem como toda a carga tributária e os Encargos Setoriais determinado à nossa Empresa.

Referente aos itens financeiros, além da Neutralidade da Parcela A, houve o encontro de contas das Bandeiras Tarifárias Credoras, faturadas por determinação legal e, por não terem sido requeridas pela Geração Térmica do Brasil, são devolvidas em forma de desconto nesse novo ciclo tarifário.

41 Fusões, Cisões e Incorporações

O Patrimônio da CERAL – DIS decorre de Cisão, evento ocorrido em março de 2009, momento em que os ativos relacionados a energia elétrica foram transferidos da Cooperativa de Infra Estrutura – CERAL para a Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica CERAL – DIS, Cooperativa esta que recebeu a Permissão da ANEEL para explorar exclusivamente a atividade de serviço público de energia elétrica conforme determina a Resolução nº 12 de janeiro de 2002.

42 Provisão para Ajuste a Valor de Recuperação de Ativos

No exercício de 2016 e 2015 não houve necessidade da contabilização da Provisão para Ajuste a Valor de Recuperação de Ativos, uma vez que, sendo todos os bens da CERAL-DIS vinculados à seu serviço Concedido, todos são periodicamente avaliados conforme determinação do Órgão Regulador. Em nosso último laudo de avaliação, o resultado apresentado foi superior ao Ativo Contabilizado. A ANEEL, no exercício de 2011, determinou o reconhecimento contábil desta atualização, na forma de Reavaliação Regulatória Compulsória.

43 Nota Explicativa Conciliação LAJIDA/EBTIDA

Na composição da formação do saldo de R\$ 719,52 mil reais da LAJIDA/EBTIDA do exercício contábil de 2015 foram utilizados as seguintes contas:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro/Prejuízo Líquido	468,09	-981,42
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	0,00	0,00
Impostos (Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro)	79,76	89,08
Depreciação e Amortização	171,67	157,08
	719,52	-735,26

44 Balanço Patrimonial Fiscal

Conforme Artigo 10 da Instrução Normativa 1397/2013, demonstramos abaixo a Demonstração Contábil Fiscal - Balanço Patrimonial Fiscal, composto do quadro do Ativo Fiscal, Passivo Fiscal, DREF - Demonstração de Resultado do Exercício Fiscal e DMPLR - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Fiscal.

BALANÇO PATRIMONIAL FISCAL 2016

Descrição	Nota	Regulatório	Ajustes REG/SOC	Societário	Ajustes SOC/FIS	Fiscal
Ativos						
Ativo circulante		2.087,19	-	2.087,19	-	2.087,19
Caixa e equivalentes de caixa		792,34	-	792,34	-	792,34
Consumidores		600,05	-	600,05	-	600,05
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-
Serviços em curso		-	-	-	-	-
Tributos compensáveis		28,24	-	28,24	-	28,24
Depósitos judiciais e cauções		-	-	-	-	-
Almoxarifado operacional		82,21	-	82,21	-	82,21
Investimentos temporários		-	-	-	-	-
Empréstimos		-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais		394,20	-	394,20	-	394,20
Despesas pagas antecipadamente		33,65	-	33,65	-	33,65
Ativos de operação descontinuada e bens destinados à alienação		-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-
Outros ativos circulantes		156,50	-	156,50	-	156,50
Ativo não circulante		7.922,59	(4.847,20)	3.075,39	-	3.075,39
Consumidores		-	-	-	-	-
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-
Serviços em curso		-	-	-	-	-
Tributos compensáveis		20,18	-	20,18	-	20,18
Depósitos judiciais e cauções		-	-	-	-	-
Investimentos temporários		-	-	-	-	-
Empréstimos		-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais		-	-	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente		-	-	-	-	-
Bens e direitos para uso futuro		-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-
Outros ativos não circulantes		-	1.179,21	1.179,21	(1.179,21)	-
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		5,56	-	5,56	-	5,56
Imobilizado		7.876,98	(7.808,16)	68,82	2.960,96	3.029,78
Intangível		19,87	1.781,75	1.801,62	(1.781,75)	19,87
Total do ativo		10.009,78	(4.847,20)	5.162,58	-	5.162,58

Passivo						
Passivo circulante		1.359,76	-	1.359,76	-	1.359,76
Fornecedores		479,22	-	479,22	-	479,22
Empréstimos, financiamentos e debêntures		-	-	-	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas		123,44	-	123,44	-	123,44
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-
Tributos		136,84	-	136,84	-	136,84
Provisão para litígios		-	-	-	-	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-
Encargos setoriais		153,89	-	153,89	-	153,89
Provisão para descomissionamento		-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais		271,31	-	271,31	-	271,31
Provisão para uso do bem público		-	-	-	-	-
Passivos de operações descontinuadas		-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-
Obrigações com associados		-	-	-	-	-
Outros passivos circulantes		195,06	-	195,06	-	195,06
Passivo não circulante		169,98	-	169,98	-	169,98
Fornecedores		-	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures		-	-	-	-	-
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-
Tributos		-	-	-	-	-
Provisão para litígios		-	-	-	-	-
Encargos setoriais		-	-	-	-	-
Provisão para descomissionamento		-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais		-	-	-	-	-
Provisão para uso do bem público		-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-
Obrigações com associados		-	-	-	-	-
Outros passivos não circulantes		-	-	-	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		169,98	-	169,98	-	169,98
Total do passivo		1.529,74	-	1.529,74	-	1.529,74
Patrimônio Líquido						
Capital social		2.310,62	-	2.310,62	-	2.310,62
Reservas de capital		(388,02)	388,02	-	242,68	242,68
Outros resultados abrangentes		4.847,20	(4.847,20)	-	-	-

Reservas de lucros	-	-	-	-	-
Recursos destinados a aumento de capital	-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados			-		-
(-) Ações Próprias em Tesouraria	-	-	-	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais	-	-	-	-	-
Participação de Não Controladores	-	-	-	-	-
Reserva de sobras	1.055,29	-	1.055,29		1.055,29
Sobras à disposição da Assembleia	654,95	(388,02)	266,93	(242,68)	24,25
Perdas não cobertas pelos cooperados	-	-	-	-	-
Participação de não controladores	-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido	8.480,04	(4.847,20)	3.632,84	-	3.632,84
Total do passivo e do patrimônio líquido	10.009,78	(4.847,20)	5.162,58	-	5.162,58

DEMONSTRAÇÃO FISCAL DO RESULTADO DO EXERCÍCIO 2016

	Nota	Regulatório	Ajustes REG/SOC	Societario	Ajustes SOC/FIS	Fiscal
Operações em continuidade						
Receita / Ingresso		9.706,42	-	9.706,42	-	9.706,42
Fornecimento de energia elétrica		2.899,34	-	2.899,34	-	2.899,34
(-) Transferências		-	-	-	-	-
Suprimento de energia elétrica		-	-	-	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo		-	-	-	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		4.335,94	-	4.335,94	-	4.335,94
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		510,21	-	510,21	-	510,21
Serviços cobráveis		0,57	-	0,57	-	0,57
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		1.031,15	-	1.031,15	-	1.031,15
Outras receitas vinculadas		929,21		929,21	-	929,21
Tributos		(1.289,56)	-	(1.289,56)	-	(1.289,56)
ICMS		(1.166,18)	-	(1.166,18)	-	(1.166,18)
PIS-PASEP		(21,97)	-	(21,97)	-	(21,97)
Cofins		(101,41)	-	(101,41)	-	(101,41)
ISS		-	-	-	-	-
Encargos - Parcela "A"		(1.259,82)	-	(1.259,82)	-	(1.259,82)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(15,85)	-	(15,85)	-	(15,85)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(996,75)	-	(996,75)	-	(996,75)
Programa de Eficiência Energética – PEE		(15,85)	-	(15,85)	-	(15,85)

Taxa de fiscalização		(12,58)	-	(12,58)	-	(12,58)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		-	-	-	-	-
Outros encargos		(218,79)	-	(218,79)	-	(218,79)
Receita líquida / Ingresso líquido		7.157,04	-	7.157,04	-	7.157,04
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		(3.811,50)	-	(3.811,50)	-	(3.811,50)
Energia elétrica comprada para revenda		(3.653,91)	-	(3.653,91)	-	(3.653,91)
Energia elétrica comprada para revenda - Proinfa		(157,59)	-	(157,59)	-	(157,59)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição		-	-	-	-	-
Encargos e Demais Despesas Setoriais		-	-	-	-	-
Matéria-prima / Insumo para geração de energia elétrica Combustíveis		-	-	-	-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis		3.345,54	-	3.345,54	-	3.345,54
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		(3.244,46)	388,03	(2.856,43)	71,70	(2.784,73)
Pessoal e administradores (inclui 61,90 de remuneração a administradores)		(1.624,13)	-	(1.624,13)	-	(1.624,13)
Entidade de previdência privada		-	-	-	-	-
Material		(124,69)	-	(124,69)	-	(124,69)
Serviços de terceiros		(640,43)	-	(640,43)	-	(640,43)
Arrendamento e aluguéis		(189,07)	-	(189,07)	-	(189,07)
Seguros		(10,16)	-	(10,16)	-	(10,16)
Doações, contribuições e subvenções		(29,66)	-	(29,66)	-	(29,66)
Provisões		0,45	-	0,45	(0,45)	-
Recuperação de despesas		16,78	-	16,78	-	16,78
Tributos		(4,42)	-	(4,42)	-	(4,42)
Depreciação e amortização		(559,69)	388,02	(171,67)		(171,67)
Gastos diversos da atividade vinculada		(55,23)	159,04	103,81	10,41	114,22
Outras Receitas Operacionais		37,52	(159,03)	(121,51)	-	(121,51)
Outras Gastos Operacionais		(61,73)	-	(61,73)	61,74	0,01
Resultado da Atividade		101,08	388,03	489,11	71,70	560,81
Equivalência patrimonial		-	-	-	-	-
Resultado Financeiro		58,74	-	58,74	(0,34)	58,40
Despesas financeiras		(105,52)	-	(105,52)	-	(105,52)
Receitas financeiras		164,26	-	164,26	(0,34)	163,92
Operações com não Associados		0,00	0,00	0,00	-314,04	-314,04
Resultado de operações com não associados		-	-	-	(314,04)	(314,04)
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		159,82	388,03	547,85	(242,68)	305,17
Despesa com impostos sobre os lucros		(79,76)	-	(79,76)	-	(79,76)

Resultado líquido das operações em continuidade	80,06	388,03	468,09	(242,68)	225,41
Operações descontinuadas					
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas		-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	80,06	388,03	468,09	(242,68)	225,41
Atribuível aos:					
Acionistas controladores	-	-	-	-	-
Acionistas não controladores	-	-	-	-	-
Lucro por ação	0,03	0,17	0,20	(0,10)	0,10
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	0,03	0,17	0,20	(0,10)	0,10
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-	-	-	-
Lucro por ação originado das operações em continuidade					
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-	-	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-	-	-	-

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Fiscal 2016

	Capital Social	Reservas de capital	Outros Resultados Abrangentes	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Reservas de Sobras	Sobras/Perdas a disposição da Assembléia	Recursos destinados a aumento de capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>1.988,11</u>	(12,82)	-	(0,00)	243,51	1.081,08	-	-	3.299,88
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de Capital Social	322,51	-	-	-	-	-	-	-	322,51
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	314,04	-	314,04
Reserva legal	-	-	-	-	174,37	395,67	864,72	-	1.434,76
FATES	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RATES	-	-	-	-	-	117,17	(15,70)	-	101,47
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	(1.434,76)	-	-	(1.434,76)
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<u>Reavaliação Regulatoria Compulsoria de Imobilizado - VNR</u>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<u>(-) Efeitos Fiscais 2015</u>	-	12,82	-	-	(417,88)	896,13	(896,13)	-	(405,06)
<u>Efeitos Fiscais</u>	-	242,68	-	-	-	-	(242,68)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.310,62	242,68	-	(0,00)	-	1.055,29	24,25	-	3.632,84

45 Quotas da CDE repassadas as Distribuidoras e reembolsadas pela Eletrobrás

Conforme programa governamental instalado após a edição da MP 579/2012 e publicação da RTE, a CERALDIS realizou e recebeu os subsídios abaixo descritos, apresentando, em dezembro/2016, o saldo de 242,11 R\$/MIL

	SALDO ANTERIOR	REALIZADO	RECEBIDO	A RECEBER
SUBVENÇÃO CDE - Água, Esgoto e Saneamento	2,94	22,24	-21,92	3,26
SUBVENÇÃO CDE - Rural Convencional	215,65	1.223,94	-1.335,73	103,86
				107,12

46 Datas de Formação das Obrigações Especiais

Conforme determinação da SFF/ANEEL, detalhamos abaixo os saldos das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica, por data de formação, compondo sua respectiva depreciação acumulada.

Obrigações Especiais Controladas por data de aquisição:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2016
Em Serviço			
Participação da União, Estados e Municípios			
Participação Financeira do Consumidor			
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido			
Programa de Eficiência Energética - PEE			
Pesquisa e Desenvolvimento	(40,00)	1,44	(38,56)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015	(40,00)	1,44	(38,56)
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica			
Valores Pendentes de Recebimento			
Valores Não Aplicados			
Outros			
Ultrapassagem de demanda	(64,71)	1,11	(63,60)
Data de aquisição: 01/08/2016	(64,71)	1,11	(63,60)
Excedente de reativos	(53,88)	0,93	(52,95)
Data de aquisição: 01/08/2016	(53,88)	0,93	(52,95)
Diferença das perdas regulatórias			
Outros			
Total	(158,59)	3,48	(155,11)

47 Formatação Básica das Notas Explicativas

As Notas Explicativas da Administração, parte integrantes destas Demonstrações Contábeis, foram redigidas obedecendo a Legislação pertinente e teve autorização para a sua divulgação em 23/03/2017 pela Diretoria, não podendo os senhores associados proceder nenhuma alteração após sua divulgação. As bases para a

elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil, as Políticas Contábeis específicas para o Setor Elétrico e estão todas apresentadas em R\$ mil, com 2 casas decimais.

ADOLF HENDRIK VAN ARRAGON
Diretor Presidente

ADRIAAN FREDERIK KOK
Secretário

SAMUEL DE FREITAS
Gerente Contábil
CRC – PR 041184/O-0

7 - Parecer do Conselho Fiscal

7 Parecer do Conselho Fiscal

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Arapoti – CERAL-DIS, pelos seus membros abaixo assinados, no uso de suas atribuições estatutárias e em colaboração da Auditoria Independente, examinou o Balanço Patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2.016, bem como as Demonstrações das Sobras ou Perdas e demais documentos durante o ano fiscal de 2.016, encontrando tudo em perfeita e boa ordem

Quanto ao resultado verificado ao final do exercício de 2.016, a sua composição resultou de uma mudança contábil imposta pelo Órgão Regulador, a ANEEL, a qual por ocasião da 2ª RTP, anulou os efeitos da conta “Ressarcimento de Reposição na Revisão Tarifária Periódica”, denominada Bolha Financeira, sendo os efeitos de exercícios anteriores reconhecidos em um único exercício, no caso, reconhecido o saldo da conta totalmente no exercício de 2.016.

Este Conselho entende que o resultado verificado foi puramente econômico atendendo uma determinação legal da ANEEL.

Dado o exposto, recomenda-se a aprovação do Balanço Patrimonial e as Demonstrações das Sobras ou Perdas deste exercício pela Assembleia Geral Ordinária da Cooperativa.

Arapoti, 13 de março de 2017.

Jan Gerrit Berendesen

Leendert Johan Kok

Eduard Egbert Borg

8 - Parecer dos Auditores Independentes

8 Parecer dos Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À

Diretoria e Cooperados da

Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Arapoti – Ceral - Dis

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Arapoti - CERAL - DIS**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Arapoti - CERAL - DIS** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional

do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outros Assuntos

Auditoria do período anterior

As demonstrações financeiras da **CERAL - DIS** em 31 de dezembro de 2015, foram por nós auditadas, para os quais foi emitido Parecer dos Auditores Independentes, com ressalva, datado de 04 de março de 2016.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 23 de fevereiro de 2017.



AUDITORES INDEPENDENTES.

CRC 2SP023964/O-9 OCB 622/07

GUILHERME PEREIRA MENDES

Contador CRC 1SP 146031/O-5 “S” PR.

9 - Relatório da Administração Regulatório

9 Relatório da Administração Regulatório

Senhoras e Senhores Associados,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2016, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da CERAL-DIS - Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Arapoti para a sociedade, parceiros, investidores, associados e consumidores.

Carta do Presidente

O ano de 2009 ficará marcado como o primeiro ano de funcionamento efetivo da Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Arapoti – CERAL-DIS, que teve sua assembleia de fundação realizada no dia 08 de outubro de 2008 e assinatura do contrato de permissão em novembro de 2008.

A CERAL-DIS foi fundada devido à lei 9074/95, lei esta que regulamentou o processo de privatização das empresas de energia elétrica de nosso país. Nesta Lei, o artigo 23 estabelece que as cooperativas de eletrificação rural devam ser regulamentadas, passando a ser distribuidora de serviços públicos de eletricidade.

No ano de 2016, já nos encontramos no oitavo ano como empresa regulamentada, o que nos exige cada vez mais diversos treinamentos e participações em grupos de estudos, a fim de nos inteirarmos cada vez mais nas mudanças ocorridas por força da regulamentação do setor elétrico.

Quanto ao resultado verificado ao final do exercício de 2.016, a sua composição resultou dos efeitos da 2ª RTP, a qual anulou os efeitos da conta "Ressarcimento de Reposição na Revisão Tarifária Periódica", denominada Bolha Financeira, sendo os efeitos de exercícios anteriores reconhecidos em um único exercício, no caso, reconhecido o saldo da conta totalmente no exercício de 2.016, no entanto, o resultado verificado foi de caráter econômico atendendo uma determinação legal da ANEEL, porém não gerando efeitos financeiros neste momento na Permissionária.

Em nosso sistema elétrico interno continuamos fazendo as manutenções normais, como limpeza de rede, troca de isoladores, manutenção preventiva de religadores. No entanto, principalmente a partir de setembro, tivemos um ano atípico devido a quantidade excessiva de chuvas, descargas atmosféricas e ventos além do normal para nossa região; isto provocou grandes avarias no sistema, como quebra de postes, cabos e isoladores rompidos, queima de transformadores e religadores, trazendo além de prejuízos financeiros muita fadiga e estresses aos colaboradores, principalmente aos que atendem as redes de distribuição.

Apesar dos desafios enfrentados em 2016 e a expectativa do reajuste tarifário que ocorrerá em Julho em 2017, continuaremos em frente, almejando sempre oferecer energia de qualidade ao nosso cooperado e sempre agradecidos a Deus pelas bênçãos recebidas.

Adolf Hendrik Van Arragon

Cenário

A CERAL-DIS - Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Arapoti atua no segmento de distribuição de energia elétrica e fornece energia na região rural dos Municípios de Arapoti, Jaguariaíva, São José da Boa Vista e Pirai do Sul, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de 07 anos de existência.

A CERAL – DIS, concluiu o processo de renovação da certificação dos índices de qualidade de energia através do sistema de certificação NBR ISO 9001, sendo Permissionária a esta permissionária a certificação no mês de dezembro de 2015 como resultado dos Ciclos de Auditoria no período de Dezembro de 2014 a Dezembro de 2015 sendo renovada a certificação até dezembro de 2017. A Permissionária está certificada desde o ano de 2011.

Em nossa política de qualidade, buscamos sempre a melhoria através da capacitação dos nossos colaboradores através de Investimentos em Treinamentos Técnicos e Segurança e Medicina no Trabalho, visando a atender de forma adequada os nossos associados e consumidores e demais partes interessadas.

Distribuição

A Permissionária distribui energia elétrica em 04 dos 399 municípios do Estado do Paraná. Não temos atendimento a consumidores livres no Estado.

Ligação de consumidores - foram realizadas, no ano, 14 novas ligações sendo 10 rurais, 02 residenciais e 02 comerciais, totalizando 956 consumidores atendidos pela Permissionária, número 1,49% superior ao de 2015.

Número de Consumidores

Consumidores	2012	2013	2014	2015	2016
Residencial	176	190	197	198	200
Comercial	58	61	58	54	56
Industrial	13	15	16	14	14
Rural	652	647	649	667	677
Poderes Públicos	9	9	5	5	5
Iluminação Pública	1	1	1	1	1
Serviço Público	3	3	3	3	3
Total	912	926	929	942	956
Varição	-2,46%	1,54%	0,32%	1,40%	1,49%

Comportamento do mercado - A distribuição de energia da Permissionária no período de janeiro a dezembro de 2016 foi de 23,45 GWh (22,57 GWh em 2015).

Os segmentos do mercado que mais contribuíram para esse resultado foram o rural e industrial. A classe rural representa uma fatia de 52,03% do segmento de mercado e apresentou crescimento na ordem de 1,67% em relação ao ano de 2015. A classe industrial representa 38,17% do segmento de mercado e apresentou crescimento na ordem de 13,29% em relação ao ano de 2015. No meio rural, o desempenho

deve-se, principalmente, à constante modernização do sistema agropecuarista em nossa região bem como ao processo de industrialização ocorrido no Município.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

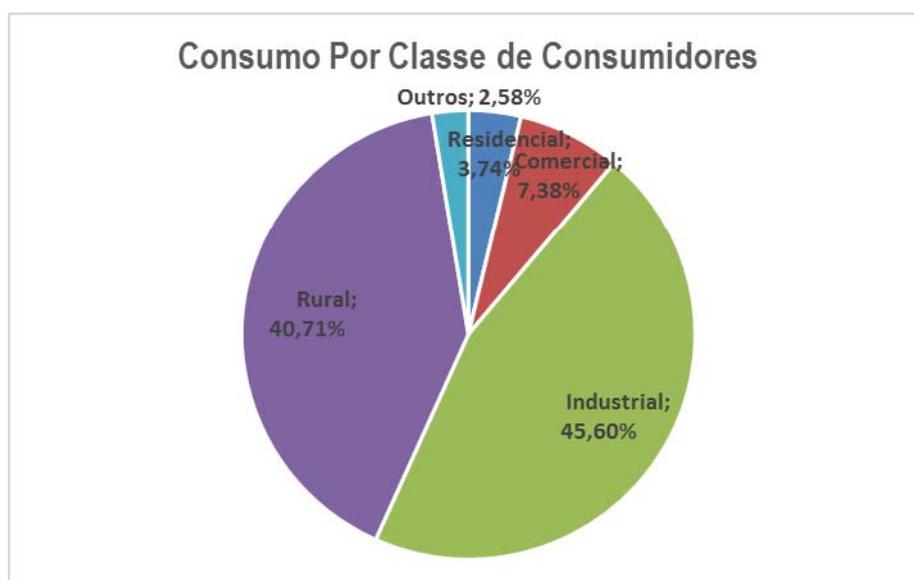
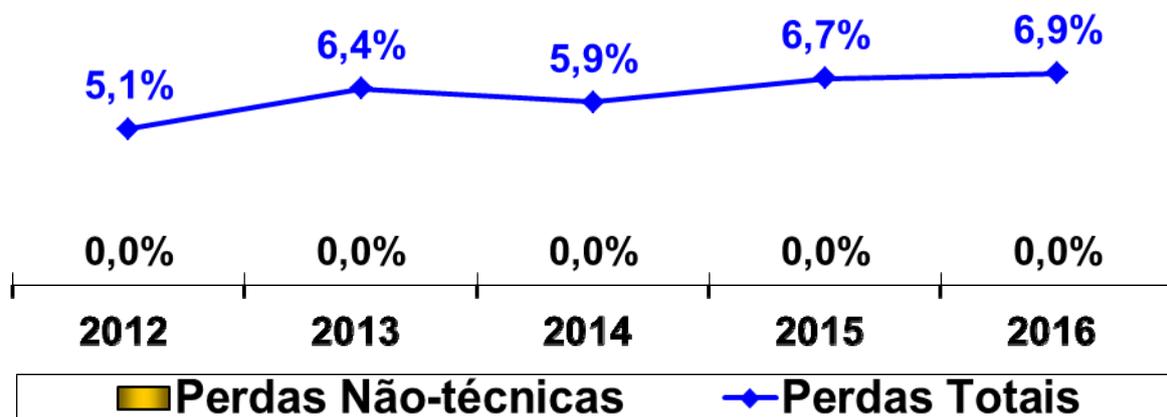
Mercado Atendido

Mercado Atendido - GWh	2012	2013	2014	2015	2016
Energia Faturada	21	21	22	23	23
Fornecimento	21	21	22	23	23
Residencial	-	1	1	1	1
Comercial	7	8	8	1	1
Industrial	1	1	1	8	9
Rural	11	12	12	12	12
Poderes Públicos	-	-	-	-	0
Iluminação Pública	0	-	-	-	0
Serviço Público	0	-	1	1	1
Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Uso da Rede de Distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Total	21	21	22	23	23
Variação	4,15%	3,54%	1,71%	3,95%	3,89%

As perdas totais de energia sobre a energia requerida (comprada) apresentou uma evolução positiva de 6,25% em 2015 para 2016.

Balanço Energético

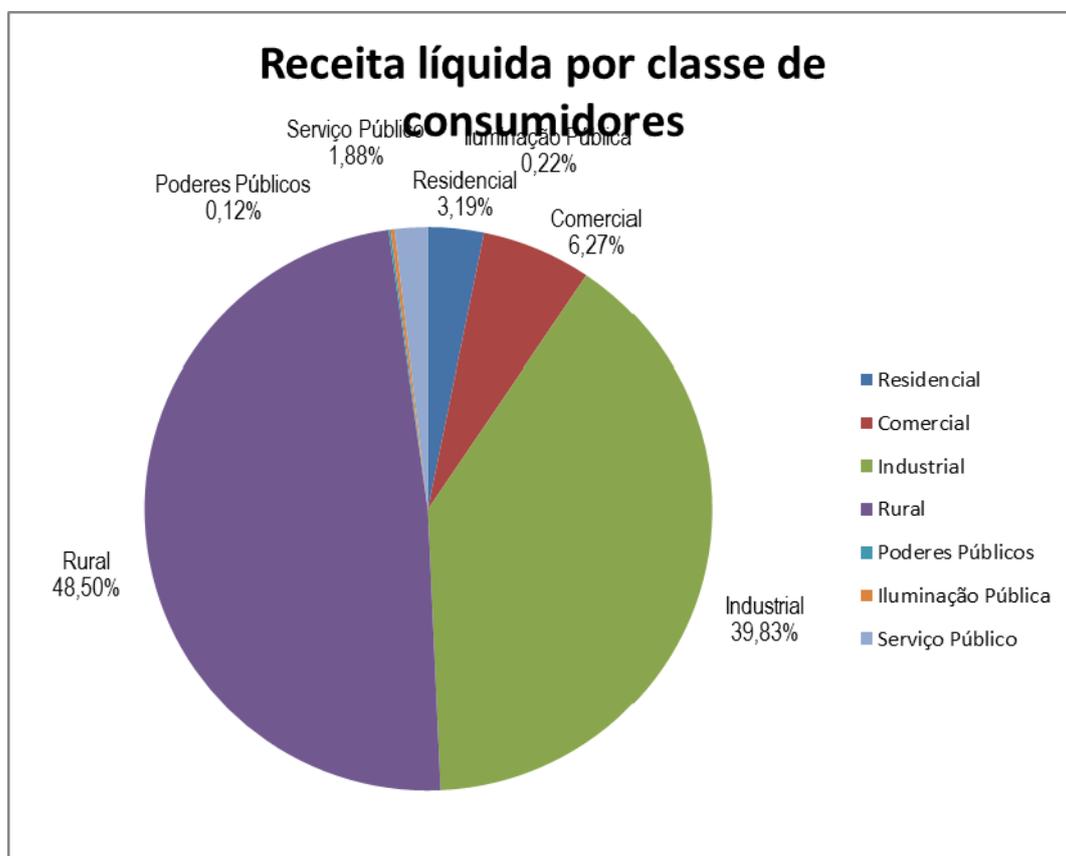
Energia Requerida - GWh	2012	2013	2014	2015	2016
Venda de Energia	21	21	22	22	23
- Fornecimento	21	21	22	22	23
- Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Mercado Atendido	21	21	22	22	23
Perdas na Rede Básica					
Perdas na Distribuição	1	1	1	2	2
Perdas Técnicas	1	1	1	2	2
Perdas não Técnicas - PNT					
PNT / Energia Requerida %	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Perdas Totais - PT	1	1	1	2	2
PT / Energia Requerida %	5,1%	6,4%	5,9%	6,7%	6,9%
Total	22	23	23	24	25



Receita - A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$ 6.156,94 mil, conforme quadro a seguir:

Classe	2016	2015	%
Residencial	196,33	157,12	24,96%
Comercial	385,76	345,73	11,58%
Industrial	2.452,32	1.959,78	25,13%
Rural	2.985,92	2.619,19	14,00%
Outros	136,61	117,08	83,16%
Poderes Públicos	7,64	5,03	51,89%

Iluminação Pública	13,34	11,47	16,30%
Serviço Público	115,63	100,58	14,96%
Total	6.156,94	5.198,90	18,43%



Número de consumidores - O número de consumidores faturados em dezembro de 2016 apresentou um crescimento de 1,49 % sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Número de Consumidores

Classe	2016	2015	Var %
Residencial	200	198	1,01%
Comercial	56	54	3,70%
Industrial	14	14	0,00%
Rural	677	667	1,50%
Outros	9	9	0,00%
Poderes Públicos	5	5	0,00%
Iluminação Pública	1	1	0,00%
Serviço Público	3	3	0,00%
Total	956	942	1,49%

Tarifas - A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2016, atingiu R\$ 286,36, com aumento de 35% com relação a dezembro de 2015 que era de R\$ 211,65. Por meio da Resolução ANEEL no de 2112/06/16.

Classe	Tarifa média de Fornecimento em R\$/MW/h
Residencial	354,11
Comercial	347,04
Industrial	261,28
Rural	244,72

Tarifa Res. Baixa Renda por faixa de Consumo	0 - 30 KWh	31 - 100 KWh	101 - 220 KWh	221 acima KWh
Tarifas Brutas	0,11856	0,20323	0,30485	0,33872

Qualidade do fornecimento - Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (Horas)	FEC (Interrupções)	Tempo de Espera (horas)
2012	21,48	17,56	1,50
2013	18,12	15,93	1,37
2014	24,83	15,31	1,81
2015	37,27	18,21	1,76
2016	36,43	18,82	2,16

Os valores de 2014 e 2015 foram alterados por estarem incorretos devido ao período não ter sido pego pela média do ano, mas sim de um mês isolado.

Atendimento ao consumidor - Foi lançado em Dezembro de 2015 o Programa de Conservação e Aquecimento, Lâmpadas LED e PL, em parceria com um Colégio Estadual, que teve o objetivo de reduzir o consumo de energia elétrica no Centro de Educação e disseminar informações de combate ao desperdício de energia aos professores, alunos, funcionários e demais colaboradores da instituição. O projeto abrangerá aproximadamente 450 pessoas, entre alunos e demais envolvidos.

Tecnologia da informação

O desenvolvimento das diversas áreas de negócios de uma Permissionária de energia depende substancialmente de soluções adequadas de Tecnologia da Informação, a qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a Permissionária faz, mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Os principais projetos e sistemas desenvolvidos na área de Tecnologia da Informação aconteceram no ano de 2015 os quais foram:

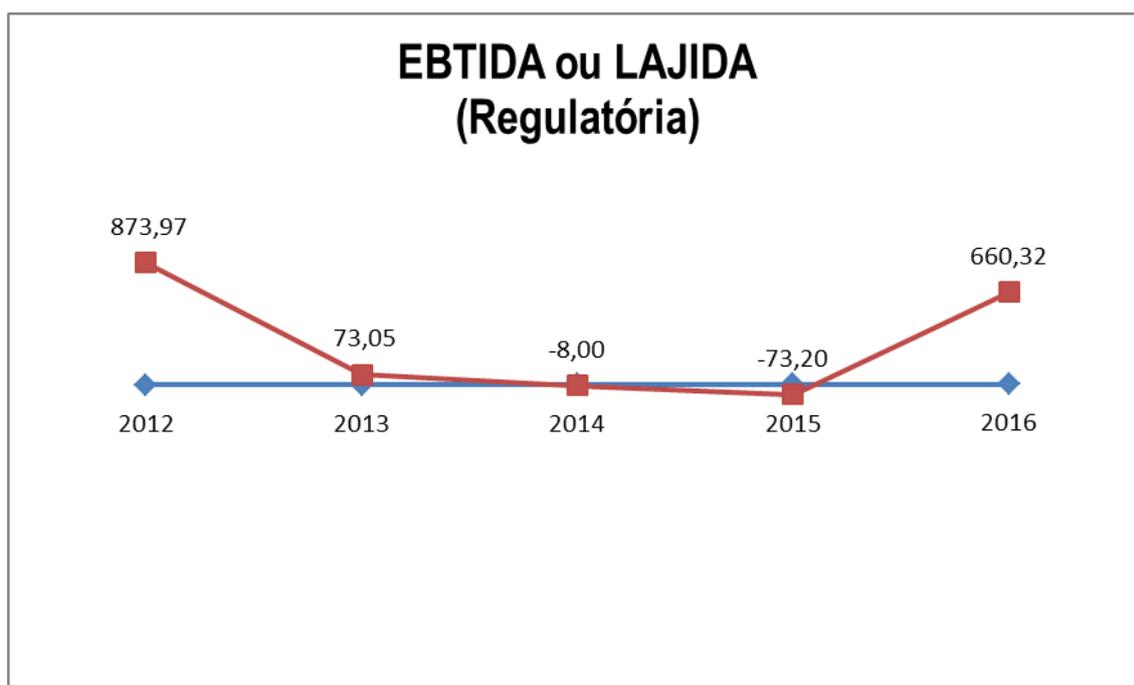
- Troca de computador que atende a área de faturamento da permissionária, proporcionando maior agilidade no atendimento aos cooperados;
- Aquisição de licença de software contábil para melhor atendimento a nova exigência da Receita Federal na nova metodologia chamada ECF – Escrituração Contábil Fiscal.

Desempenho econômico-financeiro

Em 2016, as sobras líquidas foram de R\$ 159,82 mil, contra R\$ (566,26) mil em 2015, um aumento de 354,31%. A receita operacional líquida atingiu R\$ 7.157,04 mil, enquanto em 2015 situou-se em R\$ 5.061,22 mil. Esse aumento de 41,35% resulta da evolução nas vendas para consumidores finais (cooperados e não cooperados) combinado com os efeitos da 2ª RTP que em 2016 foi de 8%.

As despesas operacionais totalizaram em 2015 R\$ 7.031,74 mil, 23,97% superiores em relação à 2014, destacando-se os custos com: total das taxas regulamentares que tiveram um crescimento de 3,87% no ano. A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de 1,88% contra (6,87)% em 2015.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 660,32 mil, superior em 902,07% a 2015, que foi de R\$ (73,20) mil, conforme evolução abaixo:



Investimentos: Em 2016, os investimentos da Companhia, importaram em R\$ 917,00 mil, 198,70% superiores em relação à 2015, dos quais R\$ 917,00 mil foram realizados em Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição. Para esta mesma rubrica nos próximos 5 (cinco) anos, a Companhia estima um investimento total de R\$ 1.063,00 mil.

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	R\$ Mil Nominais			R\$ Mil em moeda constante de 31/dez/2016				
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021

AIS Bruto ¹	237	307	917	261	220	198	198	185
Transformador de Distribuição	40	101	64	62	58	70	70	58
Medidor	36	53	34	36	35	37	37	37
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	53	126	643	137	127	91	91	91
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	108	27	176	25	-	-	-	-
Obrigações Especiais do AIS Bruto	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Originadas da Receita	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Ultrapassagem de demanda				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Excedente de reativos				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Diferença das perdas regulatórias				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.

Comparativo dos Investimentos em Máquinas e Equipamentos da Distribuição:

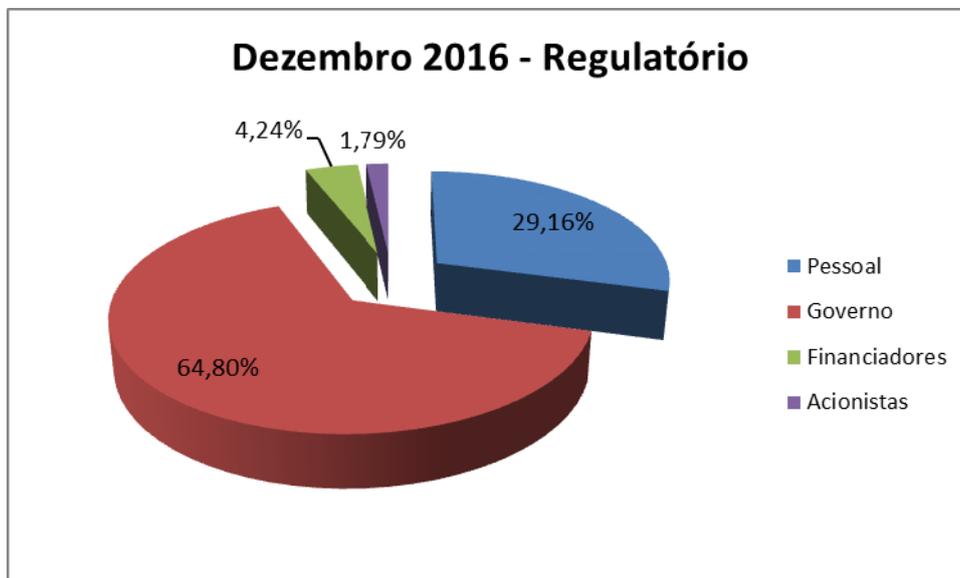
O quadro representa os investimentos realizados em 2016 pela permissionária em comparação a 2015 representando um percentual de -4,11% menor entre o projetado no PDD de 2015 e o realizado.

O valor realizado em 2016 não está em concordância ao projetado devido a uma obra que não foi realizada.

Em 2016 foi concluída a obra para atendimento a um novo ponto de medição em MT previsto em 2015.

R\$ Mil	2016R	2017P	2018P	2019P	2020P	2021P
Plano de Investimentos 2016	917	261	220	198	198	185
R\$ Mil	2016P	2017P	2018P	2019P	2020P	2021P
Plano de Investimentos 2015	956	396	226	226	226	226
Diferença	-4,1%	-34,1%	-2,5%	-12,3%	-12,3%	-18,0%

Valor adicionado regulatório: Em 2016, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Permissionária foi de R\$ 4.401,76 mil, representando 45,34% da Receita operacional bruta, com a seguinte distribuição:



Política de reinvestimento e distribuição de dividendos: Sendo a entidade uma Cooperativa seu objetivo é o de aplicar todas as sobras na melhoria de seus serviços aos seus Cooperados e Consumidores mediante aprovação da AGO de cada exercício.

A Permissionária com base na Lei 5764/71 e no seu Estatuto Social constituiu Reservas sobre as suas sobras líquidas no montante de: 10% para Reserva Legal e 5% para a RATES. Quanto aos resultados com Atos Cooperados e não cooperados, que apresentaram Perdas, foram absorvidas pelas Reserva Legal conforme previsto na Nota Técnica NBC T 10.8.

Composição acionária: Em 31 de dezembro de 2016 o capital social da Permissionária era de R\$ 2.310,62 mil, composto por 2.310.621 mil de quotas, com valor nominal R\$ 1,00.

Gestão

Administração: A Permissionária tem procurado em todos os aspectos atender às exigências da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, pois entende que a intenção da ANEEL é assegurar total clareza e transparência nas relações comerciais entre os agentes que atuam nas diferentes etapas do processo de produção e venda de energia elétrica para garantir ao consumidor que as tarifas cobradas espelhem com fidelidade toda a cadeia de custos.

Planejamento empresarial: A Permissionária vem procurando adaptar-se às constantes e aceleradas mudanças no setor elétrico, assimilando e analisando as tendências de mercado bem como o contínuo gerenciamento de custos.

Os rumos da Permissionária vêm sendo administrados com certa parcimônia, isto, pelo cenário econômico que vem se descortinando no país, a qual certamente sinalizará algumas mudanças estratégicas na gestão visando a contínua qualidade na prestação de serviços aos consumidores e cooperados.

Gestão pela qualidade total: Em 2016, as atividades relacionadas com a Gestão pela Qualidade Total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, certificações de qualidade, principalmente no que tange às informações ao Órgão Regulador certificados pela ISO 9001 e 10002.

Recursos humanos: A Permissionária, a exemplo de anos anteriores, tem procurado promover constantemente a evolução e conhecimento de seus colaboradores através de cursos de aperfeiçoamento nas áreas técnicas e administrativa como também incentivá-los à continuidade dos estudos escolares. Aos colaboradores que optaram pela continuidade dos estudos seja no nível Médio como Acadêmico, a Permissionária oferece bolsa de estudo que cobre em até 50% do valor da mensalidade escolar.

Responsabilidade social: Cada vez mais, a Permissionária vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social, tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade.

Outorgada em números	2016	2015	%
Atendimento			
Número de consumidores	956	942	1,49%
Número de empregados	19	18	5,56%
Número de consumidores por empregado	50	52	-3,24%
Número de localidades atendidas	4	4	0,00%
Número de agências	0	0	0,00%
Número de postos de atendimento	0	0	0,00%
Número de postos de arrecadação	1	1	0,00%
Mercado			
Área de Permissão (Km ²)	885,40	885,40	0,00%
Geração própria (GWh)	0	0	0,00%
Demanda máxima (MWh/h)	5	5	0,00%
Distribuição direta (GWh)	0	0	0,00%
Consumo residencial médio (kWh/ano)	46.201,25	44.166,33	4,61%
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	262,48	234,49	11,94%
Total (exceto curto prazo)	0	0	0,00%
Residencial	354,11	305,45	15,93%
Comercial	347,04	301,85	14,97%
Industrial	261,28	248,88	4,98%
Rural	244,72	216,41	13,08%
Suprimento	0	0	0,00%
DEC (horas)	36,43	37,27	-2,25%
População atendida - Urbana Atendida (em milhares de habitantes)	1,00	0,86	16,28%

População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	2,69	2,18	23,39%
FEC (número de interrupções)	18,82	18,21	3,35%
Número de reclamações por 1.000 consumidores	4,16	0,84	395,24%
Operacionais			
Número de usinas em operação	0	0	0,00%
Número de subestações	0	0	0,00%
Linhas de transmissão (Km)	0	0	0,00%
Linhas de distribuição (Km)	505,22	495,00	2,06%
Capacidade instalada (MW)	30,5	29,3	4,10%
Financeiros			
Receita operacional bruta (R\$ mil)	9.706,43	7.304,71	32,88%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	7.157,04	5.061,22	41,41%
Margem operacional do serviço líquida (%)	35,62%	44,33%	-19,64%
EBITDA OU LAJIDA	660,32	(73,20)	-1002,08%
Lucro líquido (R\$ mil)	159,82	-566,26	-128,22%
Lucro líquido por mil cotas	159,82	-566,26	-128,22%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	8.480,04	8.232,19	3,01%
Valor patrimonial por cota R\$	8.480,04	8.232,19	3,01%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	0,02	-0,07	-127,40%
Endividamento do patrimônio líquido (%)	0,18	0,30	-38,87%
Em moeda nacional (%)	0,18	0,30	-38,87%
Em moeda estrangeira (%)	0,00	0,00	0,00%
Indicadores de Performance			
Sálario Médio dos Funcionários	3,73	3,39	0,00%
Energia Gerada/Comprada por Funcionário	1.344,07	1.369,33	0,00%
Energia Gerada/Comprada por Consumidor	26,71	26,17	0,00%
Retorno de ativos por unidade	0,02	-0,08	0,00%

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Permissionária. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Permissionária.

Arapoti, Paraná, 29 de Abril de 2.017

A Administração

10-Balanco Patrimonial Regulatório

10 Balanço Patrimonial Regulatório

CERAL-DIS - Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Arapoti

CNPJ no 10.532.365/0001-30

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

Balanço Patrimonial

	Consolidado	
	2016	2015
Ativos		
Ativo Circulante	2.087,19	2.862,80
Caixa e equivalentes de caixa	792,34	1.418,09
Consumidores	600,05	685,26
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	-	67,36
Tributos compensáveis	28,24	76,12
Depósitos judiciais e cauções	-	-
Almoxarifado operacional	82,21	123,46
Investimentos temporários	-	-
Empréstimos	-	-
Ativos financeiros setoriais	394,20	224,05
Despesas pagas antecipadamente	33,65	25,19
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos circulantes	156,50	243,27
Ativos de operações descontinuadas	-	-
Bens destinados à alienação	-	-
Ativo Não-Circulante	7.922,59	7.798,53
Consumidores	-	-
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	-	-
Tributos compensáveis	20,18	20,87
Depósitos judiciais e cauções	-	-
Investimentos temporários	-	-
Empréstimos	-	-
Tributos diferidos	-	-
Ativos financeiros setoriais	-	-
Despesas pagas antecipadamente	-	-
Bens e direitos para uso futuro	-	-

Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos não circulantes	-	-
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	5,56	5,22
Imobilizado	7.876,98	7.742,98
Intangível	19,87	29,46

Total do ativo	10.009,78	10.661,33
-----------------------	------------------	------------------

Passivo

Passivo Circulante	1.359,76	1.488,28
Fornecedores	479,22	400,67
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas	123,44	98,30
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	136,84	168,87
Provisão para litígios	-	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	-	-
Encargos setoriais	153,89	478,52
Provisão para descomissionamento	-	-
Passivos financeiros setoriais	271,31	320,47
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos circulantes	195,06	21,45
	-	-
Passivos de operações descontinuadas	-	-

Passivo Não-Circulante	169,98	940,86
Fornecedores	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	-	-
Provisão para litígios	-	-
Encargos setoriais	-	-
Provisão para descomissionamento	-	-
Tributos diferidos	-	-
Passivos financeiros setoriais	-	797,83
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-

Outros passivos não circulantes	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	169,98	143,03

Total do passivo	1.529,74	2.429,14
-------------------------	-----------------	-----------------

Patrimônio líquido	8.480,04	8.232,19
Capital social	2.310,62	1.988,10
Reservas de capital	(388,02)	(405,06)
Outros resultados abrangentes	4.847,20	5.337,36
Reservas de lucros	-	-
Recursos destinados a aumento de capital	-	-
Lucros ou prejuízos acumulados	-	197,41
Ações em tesouraria	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais	-	-
Participação de não controladores	-	-
Reserva de sobras	1.055,29	1.977,22
Sobras à disposição da Assembleia	654,95	(862,84)
Perdas não cobertas pelos cooperados	-	-

Total do patrimônio líquido	8.480,04	8.232,19
------------------------------------	-----------------	-----------------

Total do passivo e do patrimônio líquido	10.009,78	10.661,33
---	------------------	------------------

11 - Demonstração do Resultado do Exercício Regulatória

11 Demonstração do Resultado do Exercício Regulatória

CERAL-DIS - Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Arapoti
 CNPJ no 10.532.365/0001-30
 Demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração do Resultado do Exercício

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Operações em continuidade		
Receita / Ingresso	9.706,42	7.304,71
Fornecimento de energia elétrica	2.899,34	2.555,30
Suprimento de energia elétrica	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	4.335,94	3.648,33
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	510,21	79,23
Serviços cobráveis	0,57	0,43
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	1.031,15	1.021,42
Outras receitas	929,21	-
Tributos	(1.289,56)	(1.030,70)
ICMS	(1.166,18)	(922,71)
PIS-PASEP	(21,97)	(19,23)
Cofins	(101,41)	(88,76)
ISS	-	-
Encargos - Parcela "A"	(1.259,82)	(1.212,81)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(15,85)	(25,31)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(15,85)	(25,31)
Reserva Global de Reversão - RGR	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(996,75)	(642,40)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(12,58)	(11,34)
Outros encargos	(218,79)	(508,45)
Receita líquida / Ingresso líquido	7.157,04	5.061,20
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(3.811,50)	(2.793,67)

Energia elétrica comprada para revenda	(3.811,50)	(2.793,67)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	-	-
Encargos e demais despesas setoriais	-	-
Perdas pelo valor de indenização / renovação	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de RTP diferida	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de CVA Ativa e Demais ativos regulatórios	-	-
(-) Reversão de devolução tarifária	-	-
(-) Reversão de CVA Passiva e Demais passivos regulatórios	-	-
Outros	-	-
Matéria-prima e Insumos para produção de energia elétrica	-	-
Reembolso de CCC/CDE de combustível para produção de energia elétrica	-	-

Resultado antes dos custos gerenciáveis	3.345,54	2.267,53
--	-----------------	-----------------

Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(3.244,46)	(2.902,85)
Pessoal e administradores	(1.624,13)	(1.342,89)
Material	(124,69)	(104,23)
Serviços de terceiros	(640,43)	(628,28)
Arrendamento e aluguéis	(189,07)	(170,65)
Seguros	(10,16)	(10,61)
Doações, contribuições e subvenções	(29,66)	(27,23)
Provisões	0,45	0,02
Perdas na alienação de bens e direitos	-	-
(-) Recuperação de despesas	16,78	7,61
Tributos	(4,42)	(4,47)
Depreciação e amortização	(559,69)	(562,13)
Gastos diversos	(55,23)	(35,51)
Outras Receitas Operacionais	37,52	6,49
Outras Despesas Operacionais	(61,73)	(30,97)

Resultado da Atividade	101,08	(635,32)
-------------------------------	---------------	-----------------

Equivalência patrimonial	-	-
---------------------------------	----------	----------

Resultado Financeiro	58,74	69,06
Despesas financeiras	(105,52)	(129,53)
Receitas financeiras	164,26	198,59

Resultado antes dos impostos sobre os lucros	159,82	(566,26)
---	---------------	-----------------

Despesa com impostos sobre os lucros	(79,76)	(89,08)
---	----------------	----------------

Resultado líquido das operações em continuidade	80,06	(655,34)
--	--------------	-----------------

Operações descontinuadas	-	-
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-

Resultado líquido do exercício	-	-
---------------------------------------	----------	----------

Atribuível aos:

Acionistas controladores	-	-
Acionistas não controladores	-	-

Lucro por ação	0,03	(0,33)
-----------------------	-------------	---------------

básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	0,03	(0,33)
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-

Lucro por ação originado das operações em continuidade	-	-
---	----------	----------

básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-

12- Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Regulatória

12 Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Regulatória

CERAL-DIS - Cooperativa de Distribui o de Energia Elétrica de Arapoti

CNPJ no 10.532.365/0001-30

Demonstra o das muta es do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais)

DMPL - Demonstr o das Muta es do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Reservas de capital	Reserva de reaval.	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Reservas de Sobras	Sobras/Perdas a disposi�o da Assembléia	Recursos destinados a aumento de capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.988,01	(820,22)	5.826,37	2.031,84	0,00	-	-	-	9.026,00
Remunera�o das imobiliza�es em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	0,10	-	-	-	-	-	-	-	0,10
Incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realiza�o de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destina�es	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proventos excedentes da contabilidade societária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	(174,37)	-	-	-	(174,37)
(+/-) Ajustes Societários - IFRS	-	415,16	(489,01)	-	371,78	-	33,28	-	331,21
Destina�o proposta � A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	(896,12)	-	(896,12)
Reserva legal	-	-	-	(90,32)	-	90,32	-	-	-
FATES	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas de Lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RATES	-	-	-	(506,77)	-	452,13	-	-	(54,64)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Fundos de Investimentos	-	-	-	(1.434,75)	-	1.434,76	-	-	0,01
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.988,11	(405,06)	5.337,36	-	197,41	1.977,21	(862,84)	-	8.232,19
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	322,51	-	-	-	-	-	-	-	322,51
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(+/-) Ajustes Societarios - IFRS	-	17,04	(490,17)	-	(371,78)	-	354,74	-	(490,17)
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	314,04	-	314,04
Reserva legal	-	-	-	-	174,37	395,67	864,72	-	1.434,76
FATES	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RATES	-	-	-	-	-	117,17	(15,70)	-	101,47
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	(1.434,76)	-	-	(1.434,76)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.310,62	(388,02)	4.847,19	-	0,00	1.055,29	654,96	-	8.480,04

13-Demonstração do Fluxo de Caixa Regulatório

13 Demonstração do Fluxo de Caixa Regulatório

CERAL-DIS - Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Arapoti
CNPJ no 10.532.365/0001-30
Demonstrações do Fluxo de Caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração do Fluxo de Caixa

Notas	Notas	2016	2015
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(246,03)	6,60
1	Fornecimento de Energia	8.755,00	7.030,83
2	Suprimento de Energia	-	-
3	TUSD de Consumidores Livres e Geradores	-	-
4	Suprimento a Concessionárias	-	-
5	Recebimento da CCEE - Energia de Curto Prazo	-	-
6	Recebimento de RAP de Transmissão	-	-
	Repasse do Fundo da Conta de Desenvolvimento	-	-
7	Energético	-	-
8	Outros Recebimentos Operacionais	370,12	47,37
9	Fornecedores - Materiais e Serviços	(1.169,29)	(686,90)
10	Fornecedores - Energia Elétrica	(3.746,60)	(2.741,49)
11	Salários e Encargos Sociais	(1.060,24)	(949,19)
12	Tributos sobre a Receita - Federais	(668,22)	(574,51)
13	Tributos sobre a Receita - Estaduais e Municipais	(1.153,82)	(883,99)
14	Tributos sobre o Lucro (IRPJ / CSLL)	(40,22)	(29,72)
15	Encargos de Transmissão	-	-
16	Demais Encargos Regulatórios	(1.062,65)	(670,45)
17	Outras Despesas Operacionais	(470,11)	(535,35)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(702,24)	(189,35)
18	Aquisição de Participações Societárias	-	-
19	Aportes / Aumento de Capital em Controladas	-	-
20	Investimentos	-	-
21	Imobilizado	(794,26)	(331,48)
22	Intangível	-	-
23	Participação Financeira do Consumidor	-	-
24	Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos	-	-
25	Empréstimos / Mútuos Concedidos	-	-
26	Proventos Recebidos	92,02	142,13
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(948,27)	(182,75)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		322,52	-
27	Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-

28	Empréstimos e Financiamentos Pagos	-	-
29	Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Emitidos	-	-
30	Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Pagos	-	-
31	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	-	-
32	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-
33	Integralização de Capital	322,52	-
	CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(625,75)	(182,75)
	VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(625,75)	(182,75)
	DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(625,75)	(182,75)
	No início do exercício	1.418,09	1.600,84
	No fim do exercício	792,34	1.418,09
	diferença	0,00	0,00

14 - Notas Explicativas Regulatórias

14 Notas Explicativas Regulatórias

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de

Minas e Energia ("MME"), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis ("Custos da Parcela A"); e (2) uma parcela de custos operacionais ("Custos da Parcela B"). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B ("Ajuste Escalar") para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais

ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

No negócio de geração, a Outorgada além de vender energia por meio dos leilões para as distribuidoras por meio do mercado cativo, também vende energia à Consumidores Livres no mercado livre – ACL. No mercado livre - ACL, a energia é negociada por meio das concessionárias de geração, PCH – Pequenas Centrais Hidrelétricas, autogeradores, comercializadores e importadores de energia.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado. As geradoras estatais podem vender energia a consumidores

livres, mas em vez de geradores privados, são obrigados a fazê-lo através de um processo de leilão.

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

3. Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias apresentadas nas páginas 16 a 29, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

Ativos e passivos financeiros setoriais: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

Imobilizado em serviço: A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Obrigações especiais vinculadas à concessão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social .

Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios

mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

4. Consumidores e Concessionárias e Permissionárias

DESCRIÇÃO	VALORES CORRENTES							VALORES RENEGOCIADOS					Total 2016	Total 2015
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA					RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA				
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos		
Fornecimento de Energia	565,43	-	31,88	-	0,03	0,03	(0,05)	-	-	-	-	-	597,32	682,94
Residencial	23,67	-	4,04	-	0,03	0,03	(0,05)	-	-	-	-	-	27,72	26,00
Industrial	198,60	-	12,75	-	-	-	-	-	-	-	-	-	211,35	219,50
Comercial	39,79	-	4,49	-	-	-	-	-	-	-	-	-	44,28	46,01
Rural	233,28	-	10,52	-	-	-	-	-	-	-	-	-	243,80	289,04
Poderes Públicos	0,99	-	0,08	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,07	1,61
Iluminação Pública	1,57	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,57	1,79
Serviço Público	17,50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17,50	10,98
Serviço Taxado	0,08	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,08	0,02
Fornecimento Não Faturado	49,95	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	49,95	88,00
(-) Arrecadação Processo Classif .	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento \ Encargo Rede Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Total	565,43	-	31,88	-	0,03	0,03	(0,05)	-	-	-	-	-	597,32	682,94
--------------	---------------	----------	--------------	----------	-------------	-------------	---------------	----------	----------	----------	----------	----------	---------------	---------------

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- 1) Análise criteriosa do Contas a Receber para casos específicos;
- 2) Casos normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:
 - a) Residenciais vencidos a mais de 90 dias;
 - b) Comerciais vencidos a mais de 180 dias; e
 - c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública vencidos a mais de 360 dias.

Durante o ano de 2016 não houve realização da provisão, uma vez que não "levamos consumidores a reserva" por terem sido esgotados todas as alternativas de cobrança e recuperação de valores.

5. Imobilizado

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2016	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2015	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Líquidas
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservatórios, barragens e adutoras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	14.193,61	982,67	(79,88)	-	(276,86)	14.819,54	902,79	(7.175,04)	7.644,50	7.349,73	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	13.973,89	980,47	(79,88)	-	(276,86)	14.597,62	900,59	(7.013,34)	7.584,28	7.263,61	-	-	-
Veículos	198,77	-	-	-	-	198,77	-	(150,89)	47,88	73,39	-	-	-
Móveis e utensílios	20,95	2,20	-	-	-	23,15	2,20	(10,81)	12,34	12,73	-	-	-
Administração	18,89	-	-	-	-	18,89	-	(10,29)	8,60	10,32	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	9,56	-	-	-	-	9,56	-	(2,13)	7,43	8,59	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	9,33	-	-	-	-	9,33	-	(8,16)	1,17	1,73	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	14.212,50	982,67	(79,88)	-	(276,86)	14.838,43	902,79	(7.185,33)	7.653,10	7.360,05	-	-	-

Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2016	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2015	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Líquidas
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	382,93	1.343,53	(519,89)	(982,67)	-	223,90	(159,03)	-	223,90	382,93	-	-	-
Máquinas e equipamentos	177,88	802,59	-	(980,47)	-	-	(177,88)	-	-	177,88	-	-	-
Outros	205,05	540,94	(519,89)	(2,20)	-	223,90	18,85	-	223,90	205,05	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	382,93	1.343,53	(519,89)	(982,67)	-	223,90	(159,03)	-	223,90	382,93	-	-	-

Total do Ativo Imobilizado	14.595,43	2.326,20	(599,77)	(982,67)	(276,86)	15.062,33	743,76	(7.185,33)	7.877,00	7.742,98	-	-	-
-----------------------------------	------------------	-----------------	-----------------	-----------------	-----------------	------------------	---------------	-------------------	-----------------	-----------------	----------	----------	----------

A composição do intangível é como segue

:

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2016	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2015
Ativo Intangível em Serviço										
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Uso do bem público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	45,40	-	-	-	-	45,40	-	(27,90)	17,50	25,50
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	45,40	-	-	-	-	45,40	-	(27,90)	17,50	25,50
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	159,87	-	-	-	-	159,87	-	(157,50)	2,37	3,96
Softwares	159,87	-	-	-	-	159,87	-	(157,50)	2,37	3,96

Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	205,27	-	-	-	-	205,27	-	(185,40)	19,87	29,46
Ativo Intangível em Curso										
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Uso do bem público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Subtotal	-	-	-	-	-	-	-
----------	---	---	---	---	---	---	---

Total do Ativo Intangível	205,27	-	-	-	-	205,27	-	(185,40)	19,87	29,46
---------------------------	--------	---	---	---	---	--------	---	----------	-------	-------

A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transferencia (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2016	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)
AIS Bruto	13.973,89	980,47	(79,88)	-	(276,86)	14.597,62	900,59
Transformador de Distribuição	3.156,02	92,60	(20,98)	-	-	3.227,64	71,62
Medidor	675,95	46,29	(15,43)	-	-	706,82	30,86
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	3.355,15	128,81	(43,47)	-	-	3.440,49	85,34
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	6.786,77	712,77	-	-	(276,86)	7.222,68	712,77
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações Especiais do AIS Bruto	-	-	-	-	-	-	-

Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D,			-	-	-	-	-
Universalização	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Originadas da Receita	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-

	2016				2015
	Taxas Anuais médias de depreciação %	Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Geração	-	-	-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Distribuição	9,13	14.819,53	(7.175,05)	7.644,48	7.349,73

Custo histórico	4,72	4.156,51	(1.359,22)	2.797,29	2.012,36
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	4,41	10.663,02	(5.815,83)	4.847,19	5.337,37
Administração	10,99	18,89	(10,30)	8,59	10,32
Custo histórico	10,99	18,89	(10,30)	8,59	10,32
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Em curso	-	223,90	-	223,90	382,93
Geração	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-
Distribuição	-	223,90	-	223,90	382,93
Administração	-	-	-	-	-
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material/ Equipamento	Serviços de Terceiro	Mão de obra própria	Juros Capitalizados	Depreciação/ Amortização	Outros Gastos	Total
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-
Reservatórios, Barragens e Adutoras	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	337,76	401,02	51,66	-	-	190,03	980,47
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-
A Ratear	-	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento de Projetos	-	-	-	-	-	-	-
Transformação, Fabricação e Reparo de	-	-	-	-	-	-	-
Materiais	-	-	-	-	-	-	-
Material em Depósito	-	-	-	-	-	-	-
Compras em Andamento	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos a Fornecedores	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos Judiciais	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Total das Adições	337,76	401,02	51,66	-	-	190,03	980,47

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL no 674 de 2015, são as seguintes:

Distribuição

Banco de capacitores (tensão inferior a 69 kV)	6,67
Chave de distribuição (tensão inferior a 69 kV)	6,67
Condutor do sistema (classe de tensão inferior a 69 kV)	3,57
Estrutura do sistema (Poste)	3,57
Regulador de tensão (tensão inferior a 69 kV)	4,35
Transformador (tensão inferior a 69 kV)	4,35

Administração Central

Equipamento geral	6,25
Veículos	14,29

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica

são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

CONSOLIDADO

Descrição do Bem	Em R\$ Mil
1 - CÚBICULO - CABINE METÁLICA PARA ABRIGAR EQUIPAMENTOS DE ENTRADA DE ENERGIA	162,98
2 - CABO DE ALUMINIO PROTEGIDO XLPE 15 KV 70 MM	94,77
3 - DISJUNTOR SF6, FABRICANTE MERLIN GERIN ADAPTADO POR SCHNEIDER ELECTRIC, TIPO SF1, 36 KV, 60HZ, 630 A, NÚMERO DE SÉRIE S1Z1420170, NÚMERO DE SÉRIE ADAPTADO BD150840003	77,42
4 - RELIGADOR TRIFASICO COOPER POWER SYSTEMS MOD. SEV 1506 15KV	37,96
5 - POSTE DUPLO T B 300 X 12,00 M	32,51
6 - RELIGADOR TRIFASICO COOPER POWER SYSTEMS MOD. ESV 1512 15KV	28,64
7 - RELIGADOR TRIFASICO COOPER POWER SYSTEMS MOD. SEV 1506 15KV	24,86
8 - RELÉ DE PROTEÇÃO FUNÇÕES 50/51, 50/51N, 74, 32, 67 E 86, FABRICANTE PEXTRON, MODELO URP 6000, 115 VCC	22,30
9 - TRANSFORMADOR DE POTENCIAL, FABRICANTE SEED'EL, MODELO TERRA 10, UP 13800/R3V, US 115V, RN 70:1, UMAX 15 KV, 60 HZ, EXATIDÃO 0,3P75, USO INTERNO, NÚMERO DE SÉRIE 1940/15-01	19,70
10 - TRANSFORMADOR DE POTENCIAL, FABRICANTE SEED'EL, MODELO TERRA 10, UP 13800/R3V, US 115V, RN 70:1, UMAX 15 KV, 60 HZ, EXATIDÃO 0,3P75, USO INTERNO, NÚMERO DE SÉRIE 1940/15-02	19,70

As dez principais baixas (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço no exercício foram:

CONSOLIDADO

Descrição do Bem	Em R\$ Mil
1 - RELIGADOR 15,0kv 800A TRIFÁSICO	16,50
2 - RELIGADOR 15,0kv 280A TRIFÁSICO	12,91
3 - TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO 13,8kv 220/127 V 15 KVA TRIFÁSICO	6,59
4 - MEDIDOR TRIFÁSICO DE ENERGIA ELETRÔNICO MULTIFUNÇÃO PROGRAMÁVEL	4,29
5 - TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO 34,5kv 254/127 V 15 KVA MONOFÁSICO	3,47
6 - TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO 13,8kv 220/127 V 45 KVA TRIFÁSICO	2,52
7 - TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO 13,8kv 220/127 V 15 KVA TRIFÁSICO	1,88
8 - TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO 13,8kv 220/127 V 30 KVA TRIFÁSICO	1,73
9 - TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO 13,8kv 220/127 V 150 KVA TRIFÁSICO	1,30
10 - CONDUTOR DE AÇO NU Outras bitolas e/ou composições não especificadas na tabela ANEEL	1,21

6. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

a) Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”

A CERAL-DIS não possui contabilização de compensação de variação de custos da Parcela A no exercício de 2016.

b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

i) Programas sociais e governamentais

A Empresa, consciente de sua atuação socialmente responsável, prioriza sua participação em programas e ações governamentais, adotando iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento de políticas públicas na área social.

ii) Quota parte de energia nuclear

A CERAL-DIS, por ter um mercado anual inferior a 500 GW, não participa da obrigatoriedade da quota parte de energia nuclear.

iii) Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

iv) Sobrecontratação

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007.

v) Diferimento ou Ressarcimento de reposição tarifária

Esta Permissionária teve seu segundo reajuste tarifário no mês de junho de 2011 e para 2012 permaneceram as mesmas tarifas desse reajuste conforme determinação da ANEEL, em 2013 teve sua 1ª RTP (Revisão Tarifária Periódica), em Junho de 2014 houve o terceiro reajuste tarifário e em Junho de 2015 houve o quarto reajuste tarifário, não existindo diferimento de tarifa. A 2ª Revisão Tarifária Periódica aconteceu em Julho/2016, conforme determinação do Órgão Regulador através da Resolução Homologatória nº 2.112 de 26 de Julho de 2016, não existindo diferimento de tarifas.

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2015	Adição	Amortização	Remuneração	Transferecias	Saldo em 31/12/2016	Valores em Amortizacao	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	224,05	422,34	(170,17)	24,82	(106,84)	394,20	116,73	277,47	394,20	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	37,45	158,72	-	4,48	(87,84)	112,81	-	112,81	112,81	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	186,60	263,62	(170,17)	20,34	(19,00)	281,39	116,73	164,66	281,39	-
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	224,05	422,34	(170,17)	24,82	(106,84)	394,20	116,73	277,47	394,20	-

A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2015	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2016	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Passivos Financeiros Setoriais	1.118,29	111,87	(444,66)	6,54	(520,73)	271,31	12,21	259,10	271,31	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	118,47	58,19	(25,36)	6,54	(130,54)	27,30	12,21	15,09	27,30	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	875,52	53,68	(77,69)	-	(851,51)	-	-	-	-	-
Outros	124,30	-	(341,61)	-	461,32	244,01	-	244,01	244,01	-
Total Passivos Financeiros Setoriais	1.118,29	111,87	(444,66)	6,54	(520,73)	271,31	12,21	259,10	271,31	-

7. Empréstimos e Financiamentos

A CERAL-DIS não possui endividamento financeiro no exercício de 2016.

Abertura do Endividamento – R\$ Mil

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal de Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente	Datas de captação ou repactuação	Tipo de garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a	Data Próximo Pgmto Juros	Frequência Pgmto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortização	Sistemática de Amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo								
																2018	2019	2020	2021	2022	2023+	Total		
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-	-	
Linha 01 (informar instituição ou linha)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Linha 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-	-	
Linha 01 (informar instituição ou linha)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Linha 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívidas Tributárias (Refis, Paes,...)	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-	-	-

União	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
União 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
União 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estado 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Município	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívidas com Fundo de Pensão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pensão 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pensão 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívidas com Agentes do Setor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Renegociação 01 (credor ou encargo?)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Renegociação 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuos Passivos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Conta 111																						
Aplic. Financ. CDB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplic. Financ. Fundos DI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplic. Financ. Outros Fundos de Invest.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplic. Financ. ou Ativo Financ. 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplic. Financ. ou Ativo Financ. 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuos Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Abertura dos Instrumentos Derivativos – R\$ Mil

INSTRUMENTO DERIVATIVOS	Instituição Contra parte	Data Inicio	Vencimento	Custo Ponta Ativa	Custo Ponta Passiva	R\$ Mil Valor Contratado	Fair Value R\$Mil
Total Derivativos	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-

Composição do Endividamento e Dívida Líquida - R\$ Mil

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2016	Total 2015
Dívida Bruta	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	-	-	-	-
Tributária	-	-	-	-	-
Fundo de Pensão	-	-	-	-	-
Intrasetoriais	-	-	-	-	-
Mútuos Passivos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-
Intrasetoriais Corrente em Atraso	-	-	-	-	-
Tributária Corrente em Atraso	-	-	-	-	-
Derivativos a Pagar	-	-	-	-	-
Ativos Financeiros	-	(792,34)	-	(792,34)	(1.356,85)
Alta Liquidez	-	(792,34)	-	(792,34)	(1.356,85)
Demais Aplicações Financeiras	-	-	-	-	-
Derivativos a Receber	-	-	-	-	-
Mútuos Ativos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
Dívida Líquida	-	(792,34)	-	(792,34)	(1.356,85)

8. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A CERAL-DIS não possui imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias nos exercícios 2015 e 2016.

9. Provisões para Litígios

A CERAL-DIS não possui provisões para litígios nos exercícios 2015 e 2016.

R\$ Mil	Trabalhistas	Cíveis	Cíveis	Ambientais	Regulatórios	Outros	Total
Saldos em 31/12/2015	-	-	-	-	-	-	-
Constituição	-	-	-	-	-	-	-
Baixas/reversão	-	-	-	-	-	-	-
Atualização	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2016	-	-	-	-	-	-	-

10. Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Segue a composição destas obrigações:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação Taxa Média Anual	Custo Histórico	Correção Monetaria Especial	Reavalição	Total
Em serviço	8,40%	(40,00)	-	-	(40,00)
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	-
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	8,40%	(40,00)	-	-	(40,00)
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Outros	8,10%	(118,59)	-	-	(118,51)
Ultrapassagem de demanda	4,10%	(64,71)	-	-	(64,67)
Excedente de reativos	4,00%	(53,88)	-	-	(53,84)
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS	0,00%	1,44	-	-	1,44
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-

Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	-
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	1,44	-	-	1,44
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Outros	-	2,04	-	-	2,04
Ultrapassagem de demanda	-	1,11	-	-	1,11
Excedente de reativos	-	0,93	-	-	0,93
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Total	0,00%	(155,11)	-	-	(155,03)

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições (a)	Baixas (b)	Transfências (c)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições Líquidas (a)-(b)+(c)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2015
Em serviço	(40,00)	-	-	-	-	(40,00)	-	1,44	(38,56)	(40,00)
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	(40,00)	-	-	-	-	(40,00)	-	1,44	(38,56)	(40,00)
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	(118,59)	-	-	-	(118,59)	(118,59)	2,04	(116,55)	-
Ultrapassagem de demanda	-	(64,71)	-	-	-	(64,71)	(64,71)	1,11	(63,60)	-
Excedente de reativos	-	(53,88)	-	-	-	(53,88)	(53,88)	0,93	(52,95)	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	(40,00)	(118,59)	-	-	-	(158,59)	(118,59)	3,48	(155,11)	(40,00)

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições (a)	Baixas (b)	Transfências (c)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições Líquidas (a)-(b)+(c)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2015
Em Curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Pendentes de Recebimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Não Aplicados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	(103,02)	(30,44)	-	118,59	-	(14,87)	88,15	-	(14,87)	(103,02)
Ultrapassagem de demanda	(58,54)	(11,90)	-	64,71	-	(5,73)	52,81	-	(5,73)	(58,54)
Excedente de reativos	(44,48)	(18,54)	-	53,88	-	(9,14)	35,34	-	(9,14)	(44,48)
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	(103,02)	(30,44)	-	118,59	-	(14,87)	88,15	-	(14,87)	(103,02)

As principais adições (pelo critério de valor) de obrigações especiais no exercício foram:

CONSOLIDADO

Descrição do Bem	Em R\$ Mil
1 - Ultrapassagem de demanda	-64,71
2 - Excedente de reativos	-53,88

As principais baixas (pelo critério de valor) de obrigações especiais no exercício foram:

A permissionária não teve baixas de obrigações especiais no exercício.

Obrigações especiais controladas por data de aquisição:

	Valor Bruto em 31/12/2016	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2016
Obrigações Especiais - R\$ Mil			
Em Serviço			
Participação da União, Estados e Municípios			
Participação Financeira do Consumidor			
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido			
Programa de Eficiência Energética - PEE			
Pesquisa e Desenvolvimento	(40,00)	1,44	(38,56)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015	(40,00)	1,44	(38,56)
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica			
Valores Pendentes de Recebimento			
Valores Não Aplicados			
Outros			
Ultrapassagem de demanda	(64,71)	1,11	(63,60)
Data de aquisição: 01/08/2016	(64,71)	1,11	(63,60)
Excedente de reativos	(53,88)	0,93	(52,95)
Data de aquisição: 01/08/2016	(53,88)	0,93	(52,95)
Diferença das perdas regulatórias			
Outros			
Total	(158,59)	3,48	(155,11)

11. Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2016 representa R\$ 2.310,62 e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

Cotistas	%	Cotas
Adolf Hendrik Van Arragon	0,28	6.384
Capal - Cooperativa Agro Industrial	35,49	820.148
Haije Elgersma	0,99	22.850
Ivo Possatto	1,14	26.285
Jan Willen Salomons	0,77	17.836
José Bento Azambuja Germano	3,65	84.264
Pedro Elgersma	3,11	71.950
Sinnus Harmannus Loman	1,03	23.884
Demais Cooperados (n° de 224)	53,54	1.237.020

Total	100,00	2.310.621
-------	--------	-----------

Reservas de Capital

	2016	2015
Remuneração do imobilizado em curso até 31/12/2001	0,00	0,00
Doações e subvenções para investimentos	0,00	0,00
Conta de resultados a compensar (CRC)	0,00	0,00
Outras	-388,02	-405,06
Total	-388,02	-405,06

Outros Resultados Abrangentes

	2016	2015
Ajustes de Elementos do Ativo - Reservas de Reavaliação	4.847,19	5.337,36
Total	4.847,19	5.337,36

Lucros ou Prejuízos Acumulados

	2016	2015
Lucros Acumulados	0,00	197,41
(-) Prejuízos Acumulados	0,00	0,00
Total	0,00	197,41

Reservas de Sobras

	2016	2015
Reserva legal	485,98	90,32
Lucros a realizar	0,00	0,00
FATES	569,31	452,14
Reservas Estatutárias	0,00	1.434,76
Total	1.055,29	1.977,22

Sobras / Perdas à Disposição da Assembléia

	2016	2015
Sobras	654,95	0,00
(-) Perdas	0,00	-862,84
Total	654,95	-862,84

Com base na legislação Cooperativista, a reserva legal é constituída à razão de 10% com base nas sobras verificadas da operação com cooperados no exercício.

A Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social (RATES), é constituída à razão de 5% com base nas sobras verificadas da operação com cooperados no exercício, é constituída também da parcela do lucro apurado com não cooperados no exercício.

A Permissionária no ano calendário de 2016, apresentou sobras com cooperados e lucros com não cooperados.

12. Receita Operacional Bruta

Receita Bruta	N° de Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Fornecimento - Faturado	956	942	23.456,70	22.449,56	7.303,77	6.154,77
Residencial	200	198	554,42	530,00	272,85	226,80
Industrial	14	14	8.947,63	7.895,03	3.330,17	2.618,23
Comercial	56	54	1.111,59	1.165,13	539,16	492,65
Rural	677	667	12.201,34	12.241,71	2.973,27	2.646,62
Poder público	5	5	22,51	16,57	6,68	7,16
Iluminação pública	1	1	61,05	61,04	18,78	16,77
Serviço público	3	3	558,17	540,08	162,86	146,54
Suprimento Faturado	-	-	-	-	-	-
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	-	-	-	-	4.335,94	3.648,33
Consumidores Cativos	-	-	-	-	4.335,94	3.648,33
Consumidores Livres	-	-	-	-	-	-
Encargos de conexão de agentes de geração	-	-	-	-	-	-
Permissionárias	-	-	-	-	-	-
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	-	-	-	-	-	-
(-) Transferências	-	-	-	-	(4.366,38)	(3.661,72)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda	-	-	-	-	(11,90)	(6,02)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos	-	-	-	-	(18,54)	(7,37)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Difer. Perdas Regulatorias	-	-	-	-	-	-
(-) Trsf p/ TUSD - Consumidores Cativos	-	-	-	-	(4.335,94)	(3.648,33)
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado	-	-	-	-	(38,05)	62,26
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva	-	-	-	-	-	-
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução	-	-	-	-	929,21	-
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	-	-	-	-	510,21	79,23
Serviços Cobráveis	-	-	-	-	0,57	0,43
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	-	-	1.031,15	1.021,42
Total	956,00	942	23.456,70	22.449,56	9.706,42	7.304,72

13. Compra e venda de energia elétrica de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica- CCEE

Nos exercícios de 2015 e 2016, a Permissionária não efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

14. Pessoal e Administradores

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Pessoal	1.562,24	1.282,79
Remuneração	1.224,88	1.002,64
Encargos	349,76	288,46
Previdência privada - Corrente	-	-
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial	-	-
Programa de demissão voluntária	-	-
Despesas rescisórias	-	-
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	-	-
Outros benefícios - Corrente	60,42	51,37
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	-	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Outros	(72,82)	(59,68)
Administradores	61,90	60,11
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	61,90	60,11
Benefícios dos administradores	-	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Total	1.624,14	1.342,90

15. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social é demonstrada a seguir:

<u>2016</u>	<u>2015</u>
-------------	-------------

Sobras (Perdas) antes do imposto de renda e contribuição social	159,82	(566,26)
Ajustes Efeitos IFRS	388,03	(415,16)
Lucro Ajustado	547,85	(981,42)
Ajustes Lalur	(242,68)	1.314,00
Base de Calculo Fiscal	305,17	332,58
Imposto de renda e contribuição social calculados (15% e 9%)	(79,76)	(89,08)
Efeitos fiscais sobre:	-	-
Participação nos resultados	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-
Incentivos fiscais	-	-
Encargos capitalizados	-	-
Compensação da CSLL e com a Cofins	-	-
Outros	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(79,76)	(89,08)

16. Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

Em virtude da empresa ser uma Permissionária, onde apenas apresentamos as atividades de Distribuição e Administração, não reconhecemos a necessidade de preenchimento desse quadro referente as Demonstrações do Resultado do Exercício segregados por atividade.

17.1. Revisão Tarifária Periódica

No ano de 2012, mais precisamente no mês de abril, nossa Permissionária deveria estar concluindo sua primeira Revisão Tarifária Periódica.

Ocorre que, por impasse entre o Órgão Regulador e as Permissionárias, tal metodologia atrasou até meados de 2013, sendo que por duas vezes tivemos nossa tarifa de 2011 prorrogada por um ano.

Tal ação acabou por criar uma diferença grande entre a tarifa de 2011 e a de 2012, publicada, no nosso caso em 2014.

Vale salientar a grande dificuldade enfrentada por nossa Permissionária, haja vista a adaptação a uma baixa remuneração imposta pela metodologia, associado à vigência retroativa da mesma, ocasionado pelo atraso de sua publicação.

Em 2016, conforme determinação do Órgão Regulador na Resolução Homologatória nº 2.112 de 26 de Julho de 2016, ocorreu o Segundo Ciclo de Revisão Tarifária. Este Ciclo conduziu a um efeito médio a ser percebido pelos consumidores de 10,53%.

Por fim, destacamos que na Revisão Tarifária Periódica foram calculados todos os custos da Parcela B da Empresa, bem como o valor da Base de Remuneração Regulatória, totalizada pelo Ativo Imobilizado em Serviço mais a diferença entre o Laudo de Avaliação Regulatório deduzido dos valores contábeis originais.

17.2. Reajuste Tarifário Anual

No reajuste anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas distribuidoras de energia elaboram os pleitos para reajuste das tarifas de energia elétrica, com base em fórmula definida no contrato de concessão, que considera para os custos não gerenciáveis (Parcela A), as variações incorridas no período entre reajustes e, para os custos gerenciáveis (Parcela B), a variação do IPCA, ajustado pela aplicação do Fator X, conforme Legislação Setorial.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL estabeleceu por meio da Resolução Homologatória nº 1.912, de 23 de junho de 2015, as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da Permissionária resultantes do processo de reajuste tarifário de 2015, cujo reajuste médio foi de 41,35%, correspondendo a um efeito médio de 41,22% percebido pelos consumidores. Conforme explicado no item 13.1. Revisão Tarifária Periódica, essas tarifas não foram alteradas nos próximos meses do ano de 2015.

17.3. Composição da Base de Remuneração Regulatória

Para a avaliação dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, visando à definição da base de remuneração no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTTP vigente, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

- a) A base de remuneração aprovada no CRTTP anterior deve ser “blindada”. Entende-se como base blindada os valores aprovados por laudo de avaliação ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações;
- b) As inclusões entre as datas-base do CRTTP vigente e anterior, desde que ainda em operação, compõem a Base Incremental e são avaliadas no processo de revisão tarifária do CRTTP vigente;
- c) Os valores finais da avaliação são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas entre as datas-base do segundo e terceiro ciclos de revisão tarifária – base incremental (item b);
- d) Considera-se como data-base do laudo de avaliação o último dia do sexto mês anterior ao mês da revisão tarifária do CRTTP vigente; e
- e) A base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IGP-M, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária.

Os ativos vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração aqueles ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória – BAR.

A tabela a seguir resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração.

Descrição	Valores
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	13.789,30
(2) Índice de Aproveitamento Integral	-

(3) Obrigações Especiais Bruta	-
(4) Bens Totalmente Depreciados	377,82
(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	13.411,48
(6) Depreciação Acumulada	5.312,87
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	-
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	-
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	-
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	-
(10) Almoxarifado em Operação	41,37
(11) Ativo Diferido	-
(12) Obrigações Especiais Líquida	-
(13) Terrenos e Servidões	-
(14) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(6)-(8)+(10)+(11)-(12)+(13)	8.517,80
(15) Saldo RGR PLPT	-
(16) Saldo RGR Demais Investimentos	-
(17) Taxa de Depreciação	0,04
(18) Quota de Reintegração Regulatória	536,46
(19) WACC real antes de impostos	0,04
(20) Taxa RGR PLPT	-
(21) Taxa RGR Demais Investimentos	-
22) Remuneração do Capital (15)*(20)+(16)*(21)+[(14)-(15)-(16)]*(19)	321,12

17.4. Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis - CAIMI.

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo.

Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

Devido a empresa ter optado em seu processo de Revisão Tarifária pelo Procedimento de Regulação Tarifária (PRORET) Submódulo 8.4, deixamos de apresentar o preenchimento do quadro abaixo relativos ao CAIMI no exercício de 2016.

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI.

Descrição	Valores
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	-
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	-

(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	-
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	-
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	-
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	-
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	-
(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)	-

17.5. Ajuste da Parcela B em Função de Investimentos Realizados

Conforme previsto na Legislação Setorial, foi definido no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP anterior, o mecanismo destinado a comparar os investimentos previstos no cálculo do Fator X com os efetivamente realizados pelas distribuidoras. No CRTP vigente, quando da revisão tarifária de cada Concessionária, são levantados os investimentos efetivamente realizados pela distribuidora entre o CRTP anterior e o CRTP vigente, calculados com base nos registros contábeis da distribuidora, deflacionados pelo IGP-M, mês a mês, para a data-base da revisão tarifária anterior.

Caso os investimentos efetivamente realizados sejam inferiores àqueles considerados no cálculo do Fator X do CRTP anterior, esse item é recalculado, com a substituição dos valores de investimento previstos pelos investimentos realizados, mantendo-se inalterados os demais parâmetros

17.6. Resumo da Revisão Tarifária (ou Reajuste Tarifário)

Aplicando-se as metodologias definidas no Módulo 2 do PRORET, que trata da revisão tarifária das concessionárias de distribuição de energia elétrica, a revisão tarifária da Outorgada é sintetizada na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita requerida da concessionária, as outras receitas, os componentes financeiros e a receita verificada. A tabela apresenta também o quanto cada item de receita contribui para o reposicionamento tarifário apresentado.

Descrição	Receita Ultimo IRT R\$	Receita Verificada	Revisao	Varição Projetada %	Impacto na Revisão Tarifária %	Part. na Receita %
1. PARCELA A (1.1 + 1.2 + 1.3)	4.687,53	-	-	-	-	-
1.1. Encargos Setoriais	941,44	-	-	-	-	-
RGR	-	-	-	-	-	-
CCC	-	-	-	-	-	-
TFSEE	13,53	-	-	-	-	-
CDE	736,07	-	-	-	-	-
PROINFA	191,84	-	-	-	-	-
P&D (Eficiência Energética)	-	-	-	-	-	-
NOS	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-
1.2. Transmissão	1.245,39	-	-	-	-	-
Rede Básica	-	-	-	-	-	-
Rede Básica Fronteira	-	-	-	-	-	-

Itaipu	-	-	-	-	-	-
Conexão	-	-	-	-	-	-
CUSD	1.245,39	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
1.3. Compra de Energia	2.500,70	-	-	-	-	-
CCEAR Existente	-	-	-	-	-	-
CCCEAR Nova	-	-	-	-	-	-
Contratos Bilaterais	2.500,70	-	-	-	-	-
Itaipu	-	-	-	-	-	-
2. PARCELA B (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5)	3.066,61	-	-	-	-	-
2.1. Custos Operacionais + Anuidades	-	-	-	-	-	-
2.2. Remuneração	-	-	-	-	-	-
2.3. Depreciação	-	-	-	-	-	-
2.4. Receitas Irrecuperáveis	-	-	-	-	-	-
2.5. Outras Receitas	3.066,61	-	-	-	-	-
3. Reposicionamento Econômico	14,50	-	-	-	-	-
4. Componentes Financeiros	(5,57)	-	-	-	-	-
5. Reposicionamento com Financeiros	8,93	-	-	-	-	-
6. Financeiros Retirados do IRT anterior	(1,56)	-	-	-	-	-
7. Efeito para Consumidor	10,53	-	-	-	-	-

Calculo do Valor da Parcela B

Item - Descrição	Reajuste 2015	2a. RTO	% de Variação (2a. RTO - Reaj15)/Reaj15
1 - Parcela B no Reajuste de 2015	2.430,53		
2 - IPCA	4,31	4,52	4,95%
3 - Parcela B de 2015 corrigida pelo IPCA		2.550,82	
4 - Mercado BT (Mwh)	13,94	13,96	0,18%
5 - Parcela B corrigida pela IPCA e pelo Mercado BT		2.555,40	
6 - Preret 8.4 - Acréscimo da Parcela B			20,00%
7 - Parcela B Teto		3.066,48	26,16%

Fundamentação do Pleito da Parcela B

Data Base da 2a. Revisão 30/07/2016

Item - Descrição	2a. RTO
1 - Parcela B pleiteada	3.066,61

2 - Custos Operacionais	2.845,00
3 - Investimentos	855,33
4 - Pagamento da Dívida	0,00
5 - Reposição Anual dos Ativos Depreciados (QRR)	755,33
6 - Investimentos em Melhorias/Expansão com Cap. Próprio	100,00
7 - Sobras	-633,72
8 - FATES	413,64
9 - Reserva Legal	0,00
10 - Reservas Estatutárias	0,00
11 - A disposição da AGO	-1.047,36

15 - Notas Conciliatórias Societária X Regulatória

15 Notas Conciliatórias Societária X Regulatória

Continuação das notas explicativas com destaque para a conciliação entre Regulatória e Societária.

18. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada neste Manual. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Descrição	Nota	2016			2015		
		Regulatório	Ajustes	Societario	Regulatório	Ajustes	Societario
Ativos							
Ativo circulante		2.087,19	-	2.087,19	2.862,80	-	2.862,80
Caixa e equivalentes de caixa		792,34	-	792,34	1.418,09	-	1.418,09
Consumidores	14.1	600,05	-	600,05	685,26	-	685,26
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-	-
Serviços em curso		-	-	-	67,36	-	67,36
Tributos compensáveis		28,24	-	28,24	76,12	-	76,12
Depósitos judiciais e cauções		-	-	-	-	-	-
Almoxarifado operacional		82,21	-	82,21	123,46	-	123,46
Investimentos temporários		-	-	-	-	-	-
Empréstimos		-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	14.2	394,20	-	394,20	224,05	-	224,05
Despesas pagas antecipadamente		33,65	-	33,65	25,19	-	25,19
Ativos de operação descontinuada e bens destinados à alienação	14.3	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Outros ativos circulantes		156,50	-	156,50	243,27	-	243,27
Ativo não circulante		7.922,59	(4.847,20)	3.075,39	7.798,53	(5.337,36)	2.461,17
Consumidores		-	-	-	-	-	-
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-	-
Serviços em curso		-	-	-	-	-	-
Tributos compensáveis		20,18	-	20,18	20,87	-	20,87
Depósitos judiciais e cauções		-	-	-	-	-	-
Investimentos temporários		-	-	-	-	-	-
Empréstimos		-	-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	14.1	-	-	-	-	-	-

Despesas pagas antecipadamente		-	-	-	-	-	-
Bens e direitos para uso futuro		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Outros ativos não circulantes		-	1.179,21	1.179,21	-	673,26	673,26
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		5,56	-	5,56	5,22	-	5,22
Imobilizado	14.4	7.876,98	(7.808,16)	68,82	7.742,98	(7.646,53)	96,45
Intangível	14.5	19,87	1.781,75	1.801,62	29,46	1.635,91	1.665,37
Total do ativo		10.009,78	(4.847,20)	5.162,58	10.661,33	(5.337,36)	5.323,97

Passivo							
Passivo circulante		1.359,76	-	1.359,76	1.488,28	-	1.488,28
Fornecedores		479,22	-	479,22	400,67	-	400,67
Empréstimos, financiamentos e debêntures		-	-	-	-	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas		123,44	-	123,44	98,30	-	98,30
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-	-
Tributos		136,84	-	136,84	168,87	-	168,87
Provisão para litígios		-	-	-	-	-	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	-
Encargos setoriais		153,89	-	153,89	478,52	-	478,52
Provisão para descomissionamento		-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	14.1	271,31	-	271,31	320,47	-	320,47
Provisão para uso do bem público		-	-	-	-	-	-
Passivos de operações descontinuadas		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Obrigações com associados		-	-	-	-	-	-
Outros passivos circulantes		195,06	-	195,06	21,45	-	21,45
Passivo não circulante		169,98	-	169,98	940,86	-	940,86
Fornecedores		-	-	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures		-	-	-	-	-	-
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-	-
Tributos		-	-	-	-	-	-
Provisão para litígios		-	-	-	-	-	-
Encargos setoriais		-	-	-	-	-	-
Provisão para descomissionamento		-	-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	14.1	-	-	-	797,83	-	797,83
Provisão para uso do bem público		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Obrigações com associados		-	-	-	-	-	-

Outros passivos não circulantes		-	-	-	-	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		169,98	-	169,98	143,03	-	143,03
Total do passivo		1.529,74	-	1.529,74	2.429,14	-	2.429,14

Patrimônio líquido							
Capital social		2.310,62	-	2.310,62	1.988,10	-	1.988,10
Reservas de capital		(388,02)	388,02	-	(405,06)	405,06	-
Outros resultados abrangentes		4.847,20	(4.847,20)	-	5.337,36	(5.337,36)	-
Reservas de lucros		-	-	-	-	-	-
Recursos destinados a aumento de capital		-	-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados		-	-	-	197,41	(371,78)	(174,37)
(-) Ações Próprias em Tesouraria		-	-	-	-	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais		-	-	-	-	-	-
Participação de Não Controladores		-	-	-	-	-	-
Reserva de sobras		1.055,29	-	1.055,29	1.977,22	-	1.977,22
Sobras à disposição da Assembleia		654,95	(388,02)	266,93	(862,84)	(33,28)	(896,12)
Perdas não cobertas pelos cooperados		-	-	-	-	-	-
Participação de não controladores		-	-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido		8.480,04	(4.847,20)	3.632,84	8.232,19	(5.337,36)	2.894,83
Total do passivo e do patrimônio líquido		10.009,78	(4.847,20)	5.162,58	10.661,33	(5.337,36)	5.323,97

	Nota	2015			2015		
		Regulatório	Ajustes	Societario	Regulatório	Ajustes	Societario
Operações em continuidade							
Receita / Ingresso		9.706,42	-	9.706,42	7.304,71	(357,68)	6.947,03
Fornecimento de energia elétrica		2.899,34	-	2.899,34	2.555,30	-	2.555,30
(-) Transferências		-	-	-	-	-	-
Suprimento de energia elétrica		-	-	-	-	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo		-	-	-	-	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		4.335,94	-	4.335,94	3.648,33	-	3.648,33
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		510,21	-	510,21	79,23	-	79,23
Serviços cobráveis		0,57	-	0,57	0,43	-	0,43
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		1.031,15	-	1.031,15	1.021,42	-	1.021,42
Outras receitas vinculadas		929,21	-	929,21	-	(357,68)	(357,68)
Tributos		(1.289,56)	-	(1.289,56)	(1.030,70)	-	(1.030,70)
ICMS		(1.166,18)	-	(1.166,18)	(922,71)	-	(922,71)
PIS-PASEP		(21,97)	-	(21,97)	(19,23)	-	(19,23)
Cofins		(101,41)	-	(101,41)	(88,76)	-	(88,76)

ISS	-	-	-	-	-	-
Encargos - Parcela "A"	(1.259,82)	-	(1.259,82)	(1.212,81)	-	(1.212,81)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(15,85)	-	(15,85)	(25,31)	-	(25,31)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(996,75)	-	(996,75)	(642,40)	-	(642,40)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(15,85)	-	(15,85)	(25,31)	-	(25,31)
Taxa de fiscalização	(12,58)	-	(12,58)	(11,34)	-	(11,34)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-	-	-	-	-
Outros encargos	(218,79)	-	(218,79)	(508,45)	-	(508,45)
Receita líquida / Ingresso líquido	7.157,04	-	7.157,04	5.061,20	(357,68)	4.703,52
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(3.811,50)	-	(3.811,50)	(2.793,67)	-	(2.793,67)
Energia elétrica comprada para revenda	(3.653,91)	-	(3.653,91)	(2.652,05)	-	(2.652,05)
Energia elétrica comprada para revenda - Proinfa	(157,59)	-	(157,59)	(141,62)	-	(141,62)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	-	-	-	-	-	-
Encargos e Demais Despesas Setoriais	-	-	-	-	-	-
Matéria-prima / Insumo para geração de energia elétrica Combustíveis	-	-	-	-	-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis	3.345,54	-	3.345,54	2.267,53	(357,68)	1.909,85
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(3.244,46)	388,03	(2.856,43)	(2.902,85)	(57,48)	(2.960,33)
Pessoal e administradores (inclui 60,11 de remuneração a administradores)	(1.624,13)	-	(1.624,13)	(1.342,89)	-	(1.342,89)
Entidade de previdência privada	-	-	-	-	-	-
Material	(124,69)	-	(124,69)	(104,23)	-	(104,23)
Serviços de terceiros	(640,43)	-	(640,43)	(628,28)	-	(628,28)
Arrendamento e aluguéis	(189,07)	-	(189,07)	(170,65)	-	(170,65)
Seguros	(10,16)	-	(10,16)	(10,61)	-	(10,61)
Doações, contribuições e subvenções	(29,66)	-	(29,66)	(27,23)	-	(27,23)
Provisões	0,45	-	0,45	0,02	-	0,02
Recuperação de despesas	16,78	-	16,78	7,61	-	7,61
Tributos	(4,42)	-	(4,42)	(4,47)	-	(4,47)
Depreciação e amortização	(559,69)	388,02	(171,67)	(562,13)	405,06	(157,07)
Gastos diversos da atividade vinculada	(55,23)	159,04	103,81	(35,51)	(1.240,61)	(1.276,12)
Outras Receitas Operacionais	37,52	(159,03)	(121,51)	6,49	778,07	784,56
Outras Gastos Operacionais	(61,73)	-	(61,73)	(30,97)	-	(30,97)
Resultado da Atividade	101,08	388,03	489,11	(635,32)	(415,16)	(1.050,48)
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-
Resultado Financeiro	58,74	-	58,74	69,06	-	69,06
Despesas financeiras	(105,52)	-	(105,52)	(129,53)	-	(129,53)
Receitas financeiras	164,26	-	164,26	198,59	-	198,59

Lucro antes dos impostos sobre o lucro	159,82	388,03	547,85	(566,26)	(415,16)	(981,42)
Despesa com impostos sobre os lucros	(79,76)	-	(79,76)	(89,08)	-	(89,08)
Resultado líquido das operações em continuidade	80,06	388,03	468,09	(655,34)	(415,16)	(1.070,50)
Operações descontinuadas						
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	80,06	388,03	468,09	(655,34)	(415,16)	(1.070,50)
Atribuível aos:						
Acionistas controladores	-	-	-	-	-	-
Acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-
Lucro por ação						
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	0,03	0,17	0,20	(0,33)	(0,21)	(0,54)
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-	-	-	-	-
Lucro por ação originado das operações em continuidade						
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-	-	-	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-	-	-	-	-

Nas notas 14.1, 14.2 e 14.3 do balanço patrimonial não ocorreram ajustes entre a contabilidade regulatória e societária nos exercícios de 2015 e 2016. Nas notas 14.4 e 14.5 ocorrem ajustes devido ao ativo imobilizado que na contabilidade societária possui a tratativa de ativo financeiro da concessão e intangível.

18.1. Consumidores

Não houveram ajustes na rubrica Consumidores.

18.2. Ativos e passivos financeiros setoriais

Não houveram ajustes na rubrica Consumidores.

18.3. Ativos financeiros da concessão

Os ajustes são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização). Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios. Nas demonstrações regulatórias esse valor faz parte do ativo imobilizado.

18.4. Imobilizado

18.4.1. Reavaliação compulsória

Os ajustes são decorrentes do laudo de avaliação do 1º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, não aceito na contabilidade societária.

18.4.2. Depreciação

Os ajustes são decorrentes do laudo de avaliação do 1º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, não aceito na contabilidade societária.

18.5. Intangível

18.5.1. Reavaliação compulsória

Não houveram ajustes no grupo intangível com relação a reavaliação regulatória.

18.5.2. Depreciação

Não houveram ajustes no grupo intangível com relação a reavaliação regulatória.

18.6. Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

18.6.1. Reavaliação compulsória

Não houve ajustes nas Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.

18.6.2. Amortização

Não houve ajustes nas Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.

18.7. Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

18.7.1. Ativo financeiro

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01).

18.7.2. Ativo intangível

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01).

18.7.3. Receita e Custo de construção (resultado)

Os ajustes são decorrentes da aplicação do conceito do ICPC 01 E OCPC 05, que, por se tratar de ativo imobilizado em curso que já é vinculado à Concessão, deve ser reconhecido pelo IFRS como RECEITA DE

CONSTRUÇÃO, e, no mesmo instante, reconhecido o CUSTO DE CONSTRUÇÃO do Ativo Intangível da Concessão.

18.7.4. Remuneração do ativo financeiro (resultado)

Não houve efeitos de contabilização de Remuneração de ativo financeiro (ICPC 01).

18.7.5. Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Não houve efeitos de contabilização de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (ICPC 01).

18.8. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2016	2015
Saldos no final do exercício (societário)	3.632,84	2.894,82
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	4.847,20	5.337,37
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	-
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	-
Reavaliação regulatória compulsória	10.663,03	10.939,89
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória	(5.815,83)	(5.602,52)
Reserva de Capital - Efeitos IFRS	388,02	(405,06)
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	371,78
Sobras / Perdas à Disposição da Assembléia	(388,02)	33,28
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	-	-
Saldos no fim do exercício (regulatório)	8.480,04	8.232,19

Os efeitos constatados a título de Reavaliação Regulatória Compulsória, referem-se a reversão da Reserva da Reavaliação Regulatória Compulsória, já que a mesma não é aceita pelas normas da Contabilidade Internacional, sendo revertida contra as contas correspondentes do Ativo Imobilizado em Serviço.

Com relação ao destaque da Depreciação da Reavaliação Regulatória Compulsória, bem como os efeitos IFRS em outras reservas de capitais, referem-se a reversão da realização da reserva regulatória compulsória ocorrida na Contabilidade Regulatória, revertida conforme regras da Contabilidade Internacional, e, conforme orientação dos auditores, represada como diferenças IFRS em outras Reservas de capital.

O lucro ou prejuízos acumulados, bem como as sobras/perdas a disposição da Assembleia referem-se a ajustes entre societário x regulatório no exercício de 2015 e 2016.

18.9. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

2016	2015
------	------

Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	547,85	(981,42)
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	(388,02)	415,16
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	-
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	462,54
Reavaliação regulatória compulsória	-	-
Depreciação – reavaliação regulatória compulsória	(388,02)	(405,06)
Anulação Não Operacional	-	-
Fornecimento - Diferimento Ou Devolução Tarifária	-	357,68

Depreciação - Reavaliação Regulatória Compulsória: Trata-se da reversão das cotas de depreciação da reavaliação regulatória compulsória, realizadas no exercício de 2015 e 2016, cujos efeitos não são reconhecidos na Contabilidade Societária.

Os efeitos constatados em Ativos e passivos financeiros setoriais decorrem da reversão desses ativos e passivos não reconhecidos na contabilidade societária em 2015.

Ocorreu um ajuste entre societário x regulatório em fornecimento ou devolução tarifária no exercício de 2015.

19. Formatação Básica das Notas Explicativas

As Notas Explicativas da Administração, parte integrantes destas Demonstrações Contábeis, foram redigidas obedecendo rigorosamente à Legislação pertinente e teve autorização para a sua divulgação em 22/04/2017 pela Diretoria, não podendo os senhores sócios proceder nenhuma alteração após sua divulgação. As bases para a elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil, as Políticas Contábeis específicas para o Setor Elétrico e estão todas apresentadas em (R\$/mil), com 2 casas decimais.

ADOLF HENDRIK VAN ARRAGON
Diretor Presidente

ADRIAAN FREDERIK KOK
SECRETÁRIO

SAMUEL DE FREITAS
Gerente Contábil

16 - Parecer do Conselho Fiscal

16 Parecer do Conselho Fiscal - Regulatório

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Arapoti – CERAL-DIS, pelos seus membros abaixo assinados, no uso de suas atribuições estatutárias e em colaboração da Auditoria Independente, examinou o Balanço Patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2.016, bem como as Demonstrações das Sobras ou Perdas e demais documentos durante o ano fiscal de 2.016, encontrando tudo em perfeita e boa ordem

Quanto ao resultado verificado ao final do exercício de 2.016, a sua composição resultou de uma mudança contábil imposta pelo Órgão Regulador, a ANEEL, a qual por ocasião da 2ª RTP, anulou os efeitos da conta “Ressarcimento de Reposição na Revisão Tarifária Periódica”, denominada Bolha Financeira, sendo os efeitos de exercícios anteriores reconhecidos em um único exercício, no caso, reconhecido o saldo da conta totalmente no exercício de 2.016.

Este Conselho entende que o resultado verificado foi puramente econômico atendendo uma determinação legal da ANEEL.

Dado o exposto, recomenda-se a aprovação do Balanço Patrimonial e as Demonstrações das Sobras ou Perdas deste exercício pela Assembleia Geral Ordinária da Cooperativa.

Arapoti, 13 de março de 2017.

Jan Gerrit Berendesen

Leendert Johan Kok

Eduard Egbert Borg

17 - Parecer dos Auditores Independentes Regulatório

17 Parecer dos Auditores Independentes Regulatório

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

À

Diretoria e Cooperados da

Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Arapoti – Ceral - Dis

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da **Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Arapoti - CERAL - DIS**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Arapoti - CERAL - DIS** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outros Assuntos

Auditoria do período anterior

As demonstrações financeiras regulatórias da **CERAL - DIS** em 31 de dezembro de 2015, foram por nós auditadas, para os quais foi emitido Parecer dos Auditores Independentes, sem ressalva, datado de 04 de março de 2016.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias .

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria

obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 23 de fevereiro de 2017.



AUDITORES INDEPENDENTES.

CRC 2SP023964/O-9 OCB 622/07

GUILHERME PEREIRA MENDES

Contador CRC 1SP 146031/O-5 “S” PR.